

Relatório de Execução do Estudo e Proposta de Expansão da PED para Centros Urbanos do Interior

Meta E – Estimular a Expansão Sustentável do Sistema PED
E2. Desenvolvimento de estudos e propostas de expansão da PED – Centros Urbanos do Interior

Convênio MTE/SPPE/CODEFAT N°. 092/2007 – DIEESE e Termos Aditivos

Outubro de 2008

DIEESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro do Trabalho e Emprego

Carlos Lupi

Secretário de Políticas Públicas de Emprego

Ezequiel Sousa do Nascimento

Diretor do Departamento de Emprego e Salário - DES

Rodolfo Peres Torelly

Coordenadora-Geral de Emprego e Renda - CGER

Adriana Phillips Ligiéro

Ministério do Trabalho e Emprego – MTE
Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE
Esplanada dos Ministérios Bl. F Sede
2º Andar - Sala 251
Telefone: (61) 3225-6842/317-6581
Fax: (61) 3323-7593
CEP: 70059-900
Brasília - DF

Obs.: os textos não refletem necessariamente a posição do Ministério do Trabalho e Emprego.

Direção Sindical Executiva

João Vicente Silva Cayres – Presidente

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

Carlos Eli Scopim – Vice-presidente

STI Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região

Tadeu Moraes de Sousa - Secretário

STI Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos de São Paulo e Mogi das Cruzes

Antonio Sabóia B. Junior – Diretor

SEE Bancários de São Paulo, Osasco e Região

Alberto Soares da Silva – Diretor

STI de Energia Elétrica de Campinas

Zenaide Honório – Diretora

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial de São Paulo (Apeoesp)

Pedro Celso Rosa – Diretor

STI Metalúrgicas, de Máquinas, Mecânicas, de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas de Curitiba

Josemar Alves de Souza - Diretor

Sindicato dos Eletricistas da Bahia

José Carlos de Souza – Diretor

STI de Energia Elétrica de São Paulo

Carlos Donizeti França de Oliveira – Diretor

Femaco – FE em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo

Mara Luzia Feltes – Diretora

SEE Assessoramentos, Perícias, Informações, Pesquisas e Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul

Josinaldo José de Barros – Diretor

STI Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos, Arujá, Mairiporã e Santa Isabel

Eduardo Alves Pacheco – Diretor

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes da CUT - CNTT/CUT

Direção Técnica

Clemente Ganz Lúcio – Diretor Técnico

Ademir Figueiredo – Coordenador de Estudos e Desenvolvimento

José Silvestre Prado de Oliveira – Coordenador de Relações Sindicais

Francisco José Couceiro de Oliveira – Coordenador de Pesquisas

Nelson de Chueri Karam – Coordenador de Educação

Cláudia Fragozo dos Santos – Coordenadora Administrativa e Financeira

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

Rua Ministro Godói, 310 – Parque da Água Branca – São Paulo – SP – CEP 05001-900

Fone: (11) 3874 5366 – Fax: (11) 3874 5394

E-mail: en@dieese.org.br

<http://www.dieese.org.br>

Ficha Técnica

Equipe Executora

DIEESE

Coordenação do Projeto

Clemente Ganz Lúcio – Diretor Técnico

Francisco José Couceiro de Oliveira – Coordenador de Pesquisas

Lúcia Garcia dos Santos – Supervisora do Sistema PED

Cláudia Fragozo dos Santos – Coordenadora Administrativa e Financeira

Mônica Aparecida da Silva – Supervisora Administrativa e Financeira de Projetos

Sirlei Márcia de Oliveira – Supervisora Técnica de Projetos

Rosane Emília Rossini – Apoio Técnico

Apoio

Equipe administrativa do DIEESE

Colaboradores

Fundação João Pinheiro – FJP

Fundação SEADE

Instituto de Apoio à Fundação Universidade de Pernambuco – IAUPE

Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT

Martins Assessoria e Auditoria Fiscal S/C Ltda.

Pasquali e Barbará Ltda.

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI

Financiamento

Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	06
INTRODUÇÃO	08
Parte I - DIRETRIZES METODOLÓGICAS PARA ARTICULAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE PARCERIAS PARA PED-INTERIOR	11
1 – A experiência de Caxias do Sul	12
2 – Roteiro de procedimentos para articulação e organização da parceria para PED-Centros Urbanos do Interior	18
Parte II – ESTRATÉGIA TÉCNICA PARA EXECUÇÃO DA PED-CENTROS URBANOS DO INTERIOR	22
1 – A Pesquisa de Emprego e Desemprego	22
2 – Estratégia técnica para execução da PED-Centros Urbanos do Interior	28
Parte III – PROPOSTA DE FUNDO DE FINANCIAMENTO LOCAL	51
ANEXOS	59
ANEXO 1 – Programação do Primeiro Colóquio sobre Emprego e Renda na Serra Gaúcha	59
ANEXO 2 – Protocolo de Intenções PED-Serra Gaúcha	62

APRESENTAÇÃO

Este documento detalha o desenvolvimento das atividades realizadas pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), entre janeiro e outubro de 2008, para *Estimular a expansão do Sistema PED*, de modo especial através de *Estudos e propostas de expansão da PED – Centros Urbanos do Interior*. Estas atividades se agregam ao conjunto de ações financiadas pelo Convênio MTE/SPPE/CODEFAT N° 092/2007 e que promoveram avanços na consolidação do Sistema de Pesquisa de Emprego e Desemprego (Sistema PED) visando consolidá-lo como base estatística que subsidia a formulação, o monitoramento e a avaliação das políticas de emprego, trabalho e renda.

O Sistema PED abriga um conjunto de sete pesquisas domiciliares realizadas nas Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo e no Distrito Federal, que foram gradativamente implantadas entre 1984 e 2008. Adicionalmente a estas investigações, o Sistema PED também vem crescentemente incluindo em sua agenda de trabalho a aferição do mercado de trabalho não metropolitano, o que ficou concretizado na execução das Pesquisas-piloto realizadas na região formada pelo município de Caruaru, no agreste pernambucano e no Aglomerado Urbano Sul, área composta por cinco municípios nucleados por Pelotas, no Rio Grande do Sul.

Estas últimas experiências demonstraram a necessidade de dar prosseguimento à formulação de soluções técnica, institucional e economicamente viáveis de pesquisas sobre a absorção da força de trabalho no chamado interior brasileiro, em particular em pólos urbanos expressivos. Esta demanda, por sua vez, se justifica tanto pela complexidade e diferentes padrões de desenvolvimento encontrados nas cidades médias do país, quanto pelas possibilidades abertas para o desenho de políticas públicas do trabalho nestas localidades, através de convênios firmados entre as administrações municipais e o Ministério do Trabalho e Emprego.

Sensíveis à necessidade de fornecer respostas adequadas para o entendimento da estrutura e dinâmica dos mercados de trabalho não metropolitanos, DIEESE e MTE mantiveram no plano de trabalho do **CONVÊNIO MTE/SPPE/CODEFAT N° 092/2007 E TERMO ADITIVO**, o desenho de pesquisa economicamente viável para Centros Urbanos do Interior. Este relatório, de modo específico, sistematiza os resultados das três ações desenvolvidas, pelo DIEESE e Fundação SEADE, para a elaboração desta proposta, a saber: *a) apontamento de diretrizes metodológicas para a articulação e*

organização de parcerias que viabilizem a realização de pesquisa regular PED, no interior; b) o desenvolvimento de projeto economicamente viável de pesquisa PED – interior; e, c) por fim, proposição de “fundo local de financiamento”, que viabilize a realização “auto-sustentável” de pesquisa PED, no interior.

Para cumprir tais tarefas, este Relatório Técnico, além de contar com uma breve introdução, apresenta três partes, dedicadas a exposição de cada uma das propostas acima apontadas. Completa este documento, por fim, DVD's que reproduzem o seminário “*Desenvolvimento Local, Trabalho e Políticas Públicas: a realidade das cidades médias brasileiras*”, realizado em 18 e 19 de agosto último, na Cidade de Caxias de Sul, com o propósito de subsidiar a formulação de estratégia técnica de pesquisa no interior.

INTRODUÇÃO

A intenção de investigar a inserção da população economicamente ativa no chamado interior brasileiro já fora realizado pelo DIEESE no segundo semestre de 2006, quando foram concretizadas as duas Pesquisas-piloto PED previstas pelo **CONVÊNIO MTE/SPPE/CODEFAT Nº 098/2005 E TERMO ADITIVO**. Naquela oportunidade, tinha-se por propósito tanto a geração de conhecimento sobre o funcionamento dos mercados de trabalho distantes do eixo metropolitanos do país, quanto testar a adequação da metodologia PED para caracterizar a inserção econômica da população em idade ativa do interior.

A experiência de 2006 comportou a realização de adaptações nos instrumentos de coleta PED e em seus manuais de orientação, atividade desenvolvida no âmbito da parceria DIEESE/SEADE e registrada no Relatório Pesquisas piloto PED - Tomo I (DIEESE, 2007). Como consequência, o teste da metodologia PED no interior resultou na ampliação do escopo temático da PED, que incorporou questões sobre transferência de renda governamental a domicílios e aspectos gerais de experiências recentes de qualificação profissional para o conjunto da PIA. Também no contexto destas modificações, foi ampliada a caracterização dos ocupados o que implicou na restrição do perfil de inativos e desempregados.

Já para identificação das regiões investigadas pelas Pesquisas-piloto foram utilizados critérios que envolveram o distanciamento entre as regiões selecionadas, a existência de diferenças visíveis nas suas trajetórias recentes de desenvolvimento e a possibilidade de comparação de desempenho com áreas já acompanhadas pela PED. Estes requisitos apontaram para o desenvolvimento das ações de pesquisa nas regiões nucleadas pelos municípios de Caruaru, no Agreste Pernambucano, e de Pelotas, situado na metade sul do Rio Grande do Sul. Além de atenderem ao conjunto das condições mencionadas, sabidamente estas áreas mobilizam o interesse público em nível federal e regional, por se constituírem, respectivamente, em pólos de desenvolvimento e estagnação econômica.

A operacionalização de campo dessas Pesquisas-piloto, por sua vez, consistiu na estruturação de equipes responsáveis pela investigação de 4.500 domicílios em cada uma das áreas pesquisadas. A população residente nos cinco municípios que circundam Caruaru e nos sete que compõem o Aglomerado Urbano Sul foi entrevistada no trimestre compreendido entre setembro e novembro de

2006, exigindo o deslocamento de grupos de trabalho das capitais de Pernambuco e Rio Grande do Sul para as áreas pesquisadas.

Esta experiência foi amplamente registrada em relatórios técnicos repassados ao Ministério do Trabalho e Emprego, além disso, seguindo a prática adotada pelo DIEESE de difundir sua produção técnica, os primeiros resultados das Pesquisas de Emprego e Desemprego de Caruaru e do Aglomerado Urbano Sul foram amplamente divulgados. Dada a celeridade exigida pelo Projeto Sistema PED 2005-2007, a análise dos principais dados apurados pelas Pesquisas foi apresentada às comunidades regionais investigadas já na primeira quinzena de abril 2007, realizando-se naquele mês também a primeira avaliação deste experimento.

Mesmo ainda carecendo de um balanço aprofundado, as Pesquisas-piloto contribuíram para elucidar vários aspectos relativos à investigação de mercados de trabalho não metropolitanos. Destaca-se, neste sentido, a heterogênea realidade no chamado interior brasileiro, visto os diferenciais existentes entre os níveis de desemprego, formas de inserção ocupacional e padrões de rendimento da população em idade ativa de Caruaru e do Aglomerado Urbano Sul. Ressalte-se que essas desigualdades não se limitam ao fato de ser surpreendente a maior atratividade do mercado de trabalho do pólo urbano nordestino, que também apresentava maior capacidade de absorção de trabalhadores, face ao quadro desfavorável encontrado na metade sul do Rio Grande do Sul. Afinal, para cada um destes espaços econômicos foi possível encontrar formas de desigualdade interna e gradientes de padrão de vida e inserção laboral semelhantes às vistas nos ambientes metropolitanos.

O quadro encontrado, sobretudo, é desafiador, pois não se soluciona com a assimilação de modelos gerais ou tipologias simplificadoras do que ocorre com a absorção do trabalho fora do eixo metropolitano, sinalizando para a necessidade de se continuar viabilizando surveys. Estas, entretanto, apresentam-se onerosas. Questão que, dadas às dimensões do território nacional, condiciona a viabilidade do conhecimento empírico da realidade brasileira.

Sensíveis à necessidade de fornecer respostas adequadas para o entendimento da estrutura e dinâmica dos mercados de trabalho não metropolitanos, DIEESE e MTE mantiveram no plano de trabalho do **CONVÊNIO MTE/SPPE/CODEFAT N° 092/2007 E TERMO ADITIVO**, o desenho de pesquisa economicamente viável para Centros Urbanos do Interior. Para tanto, calcados na experiência das Pesquisas-piloto e outras investigações pontuais desenvolvidas entre o final da década de 90 e início da atual, trabalhou-se nas três linhas de ação que dão suporte às PED's: a articulação institucional da localidade demandante de um sistema de pesquisa, a definição da estratégia técnica das PED-Centros

urbanos do interior, e, por fim, a base de financiamento dos projetos de monitoramento dos mercados de trabalho do interior.

Os resultados dos estudos e trabalhos desenvolvidos nestas três linhas de ação são apresentados neste relatório.

Parte I

DIRETRIZES METODOLÓGICAS PARA ARTICULAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE PARCERIAS PARA PED – CENTROS URBANOS DO INTERIOR

O Sistema PED abriga um conjunto de sete pesquisas domiciliares realizadas nas Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo e no Distrito Federal implantadas entre 1984 e 2008, a partir da adesão voluntária de organismos de pesquisa estaduais à metodologia desenvolvida pelo DIEESE na Pesquisa de Padrão de Vida e Emprego (PPVE). Na prática, esta adesão importou na aceitação de preceitos metodológicos rigorosos, voltados à descrição de mercados de trabalho heterogêneos, e no compromisso de compartilhar responsabilidades administrativas, técnicas e financeiras.

Obviamente, esta configuração retrata as incorporações bem sucedidas de órgãos de governos estaduais no Sistema PED, mas não esgotam as possibilidades de expansão da área de cobertura da metodologia desenvolvida e consolidada pela parceria DIEESE e Fundação SEADE. De fato, em um período mais recente, a acelerada municipalização de políticas sociais e o crescente debate sobre as potencialidades de desenvolvimento mobilizadas pelo poder local fizeram com que vários municípios buscassem o acompanhamento sistemático das condições de inserção produtiva da sua força de trabalho. Quando estes municípios ou regiões demandantes se situam em regiões metropolitanas já pesquisadas pelo Sistema PED, o atendimento desta solicitação é feito, mediante avaliação estatística, pela desagregação das informações da base de dados metropolitana. Este foi o caso dos municípios que conformam a região do grande ABC-paulista, e das cidades de Porto Alegre, Recife, Belo Horizonte e São Paulo.

Para a aferição do comportamento de mercados de trabalho não cobertos pelo Sistema, porém, as dificuldades são muito maiores, tornando-se necessário literalmente percorrer todas as etapas de implantação de uma pesquisa domiciliar. Dentre aquelas demandas características deste tipo de situação, destacaram-se alguns casos, que obtiveram solução, mesmo que limitada, positiva. Para estes municípios ou regiões, o desejo de melhor conhecer o mercado de trabalho local resultou em averiguações pontuais, que permitiram importante diagnóstico da inserção produtiva da força de trabalho local em determinado momento. Foi possível entender quais os setores mais absorviam trabalhadores, bem como as principais formas de inserção ocupacionais, também se passou a conhecer padrões de remuneração e distribuição pessoal da renda do trabalho. Este conjunto de informações controlado por atributos pessoais, propiciou a compreensão das condições com que alguns segmentos

populacionais, notadamente mulheres, jovens e negros se inserem na estrutura produtiva. Mesmo assim, não foi possível avaliar os impactos da conjuntura econômica sobre estes mercados de trabalho. São exemplos desta experiência a investigação da situação da força de trabalho em São José dos Campos, em Santa Cruz do Rio Pardo e Região Metropolitana de Natal.

Todavia, na maioria dos casos, a iniciativa de produzir uma Pesquisa continua não prosperou e sequer experiências pontuais foram concretizadas. As razões para a frustração de expectativas, em geral, nasceram da escassez de recursos e se consolidaram pela ausência de articulação institucional que pudesse transpor os obstáculos financeiros inicialmente colocados. No período recente, esta foi a situação vivenciada pela Região Metropolitanas do Rio de Janeiro, cujo projeto de implantação foi concluído ainda em dezembro de 2007.

Para alterar esta trajetória, desde o final de 2006 vem sendo desenvolvida parceria, no município de Caxias do Sul no estado do Rio Grande do Sul, que envolve a Universidade, a Prefeitura e a Comissão Tripartite de Emprego daquela localidade. Esta experiência é relatada a seguir, bem como o que se pôde generalizar e normalizar desta jornada para a composição de uma ***Proposta Metodológica de Articulação e Organização de Parcerias para Execução PED.***

1 – A experiência de Caxias do Sul

O estabelecimento de contato entre instituições de Caxias do Sul e o DIEESE ou a Fundação SEADE com o objetivo de viabilizar pesquisa sobre a situação do mercado de trabalho local foram realizados diversas vezes, especialmente no final da década de 90. Tais conversações, entretanto, não prosperaram. Em comum estas iniciativas deixavam clara a tendência das entidades caxienses, que buscavam adquirir um serviço de informações procedendo como contratantes: eram compradores de um produto, que lhes parecia demasiado oneroso. A situação não é de difícil compreensão: na medida em que não estavam abertas possibilidades de maior envolvimento local com o projeto de pesquisa, esta necessariamente deveria ser uma investigação pontual, esporádica e de maior custo unitário.

A solicitação para retomada de conversações sobre a PED em Caxias do Sul, no segundo semestre de 2006, contudo, diferia das reuniões técnicas anteriores. Afinal, a partir da articulação de um conjunto de professores-pesquisadores da Universidade de Caxias do Sul (UCS), o que se propunha era uma parceria técnica, na qual de antemão a instituição acadêmica expressava o desejo de desempenhar o papel de executor da futura pesquisa.

A realização de várias reuniões técnicas realizadas entre o grupo de professores-pesquisadores da UCS e de reunião realizada com o Reitor da Universidade, com o objetivo de melhor compreender as expectativas postas, ficou claro: desejava-se uma PED contínua, inicialmente cobrindo os 10 municípios que compõem o Aglomerado Urbano do Nordeste¹ (AUNE). Em que pese, ser esta uma região industrial em desenvolvimento que conta com elevados índices de bem-estar e arrecadação tributária, o bom senso já apontava, naquela época, ser fundamental limitar expectativas às reais necessidades e condições de execução local.

Esta focalização, por sua vez, apenas teria sentido se efetivamente comprovada a capacidade de articulação regional para a execução de uma PED. Para que esta identificação fosse realizada, foi elaborada pelo DIEESE em conjunto com os professores-pesquisadores da UCS, uma agenda de eventos e reuniões, que criou espaços para a troca de informações, idéias e expectativas sobre a situação da força de trabalho em Caxias e região – Quadro 1.

Neste trabalho de articulação foi fundamental o envolvimento da Comissão Estadual de Emprego do Rio Grande do Sul (CEE-Rio Grande do Sul) na sensibilização da Comissão Municipal de Emprego de Caxias do Sul (CME-Caxias do Sul), bem como a apropriação feita pela UCS da dedicação requerida pelo projeto em sua fase inicial, destinando horas para que seus professores-pesquisadores pudessem destinar atenção ao projeto, o que também é depreendido da designação de sala no campus universitário central para as atividades da futura PED. A Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, através de sua Secretária de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, por seu turno, destinou bolsa de iniciação científica para atividades de apoio no projeto.

¹ Região situada na encosta da serra geral do Rio Grande do Sul, nucleada pelo município de Caxias do Sul, mas também composta por Gonçalves, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Monte Belo do Sul, Nova Pádua, Santa Teresa e São Marcos.

Quadro 1
Eventos realizados em prol da PED - Caxias do Sul
Novembro de 2006 à agosto de 2008

Evento	Data	Participantes
I Colóquio sobre Emprego e Renda na Serra Gaúcha	08/11/2006	Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, Câmara de Vereadores, Universidade e Membros da Comissão Municipal de Emprego e DIEESE.
Assinatura do Termo de Cooperação Técnica PED-Serra	08/11/2006	
Primeira Reunião do Grupo de Trabalho Interinstitucional para implantação da PED-Serra	11/12/2006	Representantes da Prefeitura Municipal, Universidade/Coordenação de Ciências Econômicas e Comissão Municipal de Emprego de Caxias do Sul e DIEESE.
Segunda Reunião do Grupo de Trabalho Interinstitucional PED-Serra	10/04/2006	
Seminário de Avaliação das Pesquisas-piloto PED-Caruaru e PED- Aglomerado Urbano Sul.	26/04/2007 e 27/04/2007	Representantes do MTE, Fundação SEADE, DIEESE e da Universidade de Caxias do Sul/Coordenação de Ciências Econômicas.
Encontro da Reitoria da UCS com bancada de parlamentares da Serra Gaúcha – pauta: PED- Caxias do Sul	28/09/2007	Representantes do DIEESE, Presidente da Comissão Estadual de Emprego do Rio Grande do Sul; das bancadas da Comissão Municipal de Emprego de Caxias do Sul; das Prefeituras da Serra Gaúcha, dentre elas a do Município de Caxias do Sul, Reitor e Pró-Reitores da Universidade de Caxias do Sul; Professores do Curso de Ciências Econômicas; Parlamentares Estaduais e Federais com base eleitoral na Serra Gaúcha.
Seminário “Desenvolvimento, trabalho e políticas públicas: a realidade das cidades médias brasileiras”.	19/08/2008 e 20/08/2008	Presidente da Comissão Estadual de Emprego do Rio Grande do Sul; Ministério do Trabalho e Emprego; Fórum Mais 300; Comunidade acadêmica da Universidade de Caxias do Sul, DIEESE, Fundação SEADE, Prefeitura de Caxias do Sul, Movimento Sindical da região Serra; pesquisadores e intelectuais.

Em paralelo ao desenvolvimento desta agenda dedicada à articulação técnico-institucional, diversos estudos para precisar o projeto de implantação da PED na serra gaúcha foram realizados pelo DIEESE em conjunto com o grupo de professores-pesquisadores da UCS. Nesta etapa do trabalho utilizaram-se informações secundárias disponíveis sobre a estrutura demográfica e econômica da AUNE, que demonstraram claramente o papel central desempenhado pelo Município de Caxias no conjunto regional – Tabela 1.

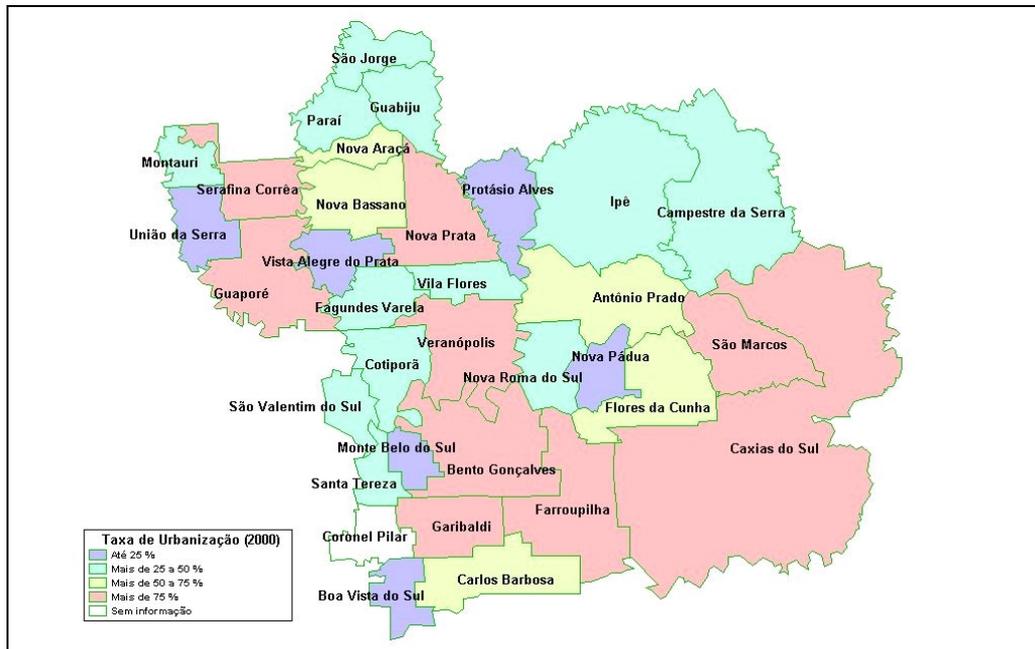
Tabela 1
População Total, segundo município e área de residência
Aglomerado Urbano do Nordeste – Rio Grande do Sul

Município	População Total	População Urbana	População Rural	% de População Urbana
Bento Gonçalves	91.486	81.820	9.666	89,4
Carlos Barbosa	20.519	15.211	5.308	74,1
Caxias do Sul	360.419	33.391	27.028	92,5
Farroupilha	55.308	42.705	12.603	77,2
Flores da Cunha	23.678	14.227	9.451	60,1
Garibaldi	28.337	23.112	5.225	81,6
Monte Belo do Sul	2.880	621	2.259	21,6
Nova Pádua	2.396	530	1.866	22,1
Santa Tereza	1.768	551	1.217	31,2
São Marcos	18.958	15.694	3.264	82,8

Fonte: IBGE - Censo 2000

A primeira sistematização das informações populacionais indicou que a região inicialmente proposta para o desenvolvimento da Pesquisa incorporava regiões evidentemente rurais, para as quais a metodologia PED não é adequada. Estes dados, entretanto, indicariam com maior eficiência se fosse considerada a taxa de urbanização dos municípios que compõem a AUNE e se pudessem ser lidos pelos membros das Comissões Estadual e Municipal de Emprego, Prefeituras Municipais e Autoridades acadêmicas de modo mais direto, o que foi resolvido através da agregação da base cartográfica do Conselho de Desenvolvimento SERRA (COREDE Serra) – Figura 1.

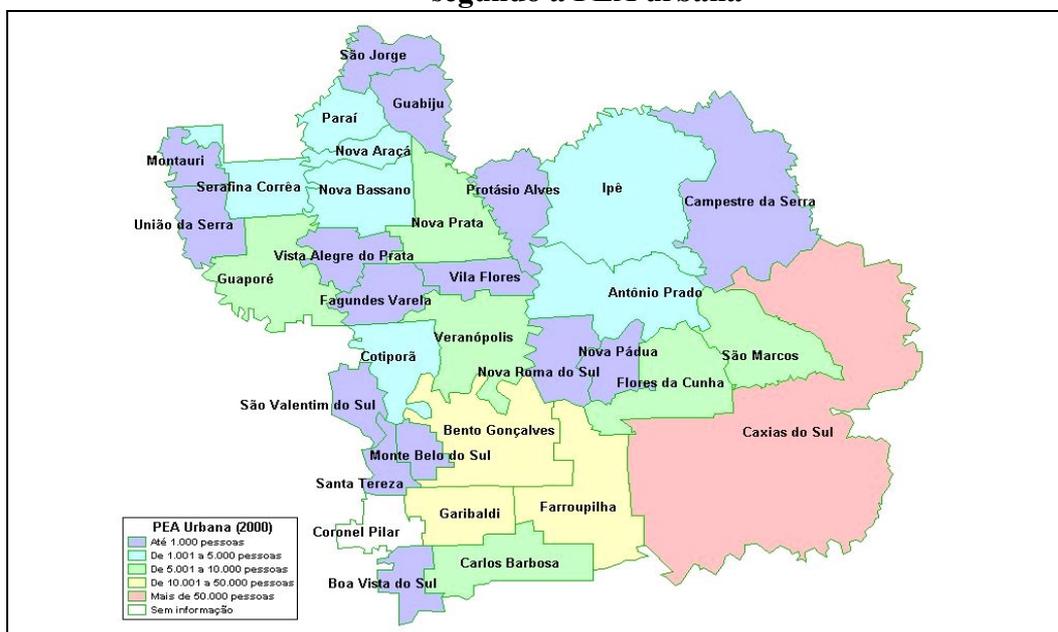
Figura 1
Município que compõem o Conselho Regional de Desenvolvimento Serra
segundo taxa de urbanização



Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000.

Realizadas as primeiras sistematizações, restava ainda agregar informações sobre a inserção produtiva da força de trabalho, o que foi feito através da identificação territorial da População Economicamente Ativa urbana na região em estudo – Figura 2.

Figura 2
Municípios que compõem o Conselho Regional de Desenvolvimento Serra
segundo a PEA urbana



Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000

Estes últimos resultados, que apontaram ser Caxias do Sul o único município da AUNE a contar com População Economicamente Ativa Urbana superior a 50 mil indivíduos foram determinantes para decisões posteriores sobre a área de cobertura da futura PED. De fato, a centralidade de município na economia da região, como se poderia esperar, é fundamental para a dinâmica do trabalho urbano também. Estes aspectos, então, apenas são corroborados pelas características financeiras e políticas das gestões na AUNE, pois apenas a Prefeitura Municipal de Caxias do Sul manifestou interesse em perseverar no projeto para desenvolver aferição periódica de seu mercado de trabalho. Deste modo, a PED-Serra conformou-se em PED- Caxias do Sul.

Atualmente, a mobilização no entorno da implantação de uma investigação domiciliar nos moldes desenvolvidos pelo Sistema PED se encontra ativo na região, sobretudo, na Universidade de Caxias do Sul. O grupo de professores–pesquisadores foi institucionalizado, abrigando-se no “Observatório do Trabalho de Caxias do Sul” e, aguarda, pelos próximos passos – *Seminário de discussão da proposta de Fundo Municipal de Desenvolvimento Solidário e Teste do Questionário PED-Centros Urbanos do Interior*.

A trajetória de trabalho desenvolvida até aqui em Caxias do Sul se inseriu no âmbito de ações

realizadas para gerar uma estratégia para a expansão do Sistema PED em Centros Urbanos do Interior. Deste modo, em diversos momentos foi beneficiada pelo financiamento previsto para esta formulação, em outros foi limitada para que obedecesse ao ritmo das demais construções que compõem esta proposta.

Sobretudo, a parceria UCS-DIEESE em Caxias do Sul tem demonstrado vigor, perseverança e grande integração, qualidades demonstradas no conjunto de DVD's que complementam este Relatório Técnico. Desta experiência de trabalho foi possível generalizar e normalizar um conjunto de procedimentos que poderiam constituir um Roteiro virtuoso para constituição de parcerias positivas para a expansão sustentável do Sistema PED. A seguir este Roteiro é apresentado.

2- Roteiro de Procedimentos para Articulação e Organização de Parcerias para a Expansão do Sistema PED

A partir da experiência desenvolvida em Caxias do Sul, na qual preponderou a identificação da capacidade concreta de articulação local e a definição de uma instituição que lidere o processo de implantação capacitada para a execução da PED, a seguir é apresentado um Roteiro com procedimentos considerados fundamentais para o desenvolvimento de parcerias profícuas para expansão do Sistema PED. Este Roteiro foi desenvolvido a partir da eleição de pressupostos que buscam garantir a comparabilidade dos indicadores gerados a partir da interiorização da PED aos aferidos e calculados em áreas metropolitanas; a arquitetura institucional consolidada que estabelece a organicidade do Sistema PED; e, por fim, indicativo de real interesse regional em projetos da envergadura de uma pesquisa domiciliar.

Entende-se que, após discutido e avalizado, tal Roteiro deveria ser explicitado na publicação de um tipo de “manual/cartilha” destinado a gestores públicos sobre as possibilidades de leitura e interpretação do mercado de trabalho municipal ou regional a partir das bases estatísticas disponíveis atualmente no país.

Pressupostos:

- 1 - Adoção de metodologia e procedimentos operacionais, que garantam a comparabilidade com os principais indicadores da condição da atividade da PED-Metropolitana.
- 2 - Articulação institucional, regida por Termo de Cooperação Técnica, nos moldes gerais dos já existentes para as Regiões Metropolitanas, caracterizadas pelo compartilhamento de responsabilidades técnicas e financeiras.
- 3 – Mobilização quer de representação institucional do DIEESE, SEADE e MTE, quer de avaliações técnicas, alicerçada em manifestação formal da Prefeitura e/ou instituição técnico-científica local, que expresse o interesse e capacidade para realização de uma das modalidades de execução da PED-Centros Urbanos do Interior;

Procedimentos:**Primeira Fase - Avaliativa**

Primeiro Passo - Realização de missão à sede do município demandante e elaboração do Relatório de Visita – Para identificar as possíveis parceiras locais e seus interlocutores e proceder a primeira apresentação das potencialidades e requisitos para o desenvolvimento de experiência de pesquisa às autoridades municipais.

A partir desta missão, deverá ser elaborado “Relatório da Visita”, em essência um relato de campo, no qual deverão ser explicitados: a) dados gerais do município, demográficos e econômicos; b) apontamento de instituições potencialmente parceiras, identificando as funções da instituição na parceria (executora, co-financiadora, apoiadora, etc.); c) avaliação inicial das condições gerais para execução da PED- Centros Urbanos do Interior, em uma das modalidades oferecidas – contínua, pontual, etc..

Segundo Passo – Promoção do Seminário “Apresentação e Avaliação das Possibilidades de Implantação da PED no Município” – Coordenado pelo DIEESE, este Seminário realizado em dois dias, tem um duplo objetivo: a) Deverá apresentar a PED de modo claro e sistematizado; b) Deverá provocar a reflexão sobre as reais condições locais para o desenvolvimento de uma das modalidades de Pesquisa apresentados.

Para tanto, a pauta do Seminário deverá contemplar: a) Painel 1: a apresentação da metodologia PED e sua potencialidade de leitura do mercado de trabalho local; b) Painel 2: apresentação das modalidades de execução e requerimentos técnicos, institucionais e financeiros para o desenvolvimento da Pesquisa de Emprego e Desemprego – Centros Urbanos do Interior; Painel 3: apresentação da proposta “Fundo Municipal de Desenvolvimento Solidário e Trabalho”; Workshop - Pelo menos dois turnos do Seminário deverão ser reservados à dinâmicas que levem à reflexão dos atores locais sobre a disponibilidade concreta das instituições a ser comprometida em volume e qualidade com os recursos necessários à execução da Pesquisa

Terceiro Passo – Celebração de Termo de Cooperação Técnica, constituindo grupo técnico interinstitucional de trabalho – Nesta etapa, já contando com razoável conhecimento sobre o modo de execução e a capacidade de geração de informações PED, formaliza-se a constituição de **grupo técnico de trabalho**, formado a partir da designação de pelo menos dois técnicos titulares por instituição parceiras que deverão aprofundar os aspectos levantados no Seminário “Apresentação e Avaliação das Possibilidades de Implantação da PED no Município”, identificando as reais condições de implantação PED-Centros Urbanos do Interior no município. Este grupo também deverá ser responsável pelo plano de implantação da futura Pesquisa.

Segunda Fase - Pré - Implantação

Primeiro Passo – Realização de Oficina de Planejamento da Implantação da PED-Centros Urbanos do Interior - Sessão de trabalho em que deverão ser apresentados às autoridades e articuladores locais os trabalhos desenvolvidos pelo **grupo técnico de trabalho**: a) avaliação das condições de implantação, com o apontamento das alternativas encontradas para a implantação da Pesquisa;b) apresentação do plano de implantação da PED-Centros Urbanos do Interior no município.

Segundo Passo – Celebração dos contratos e convênios PED-Centros Urbanos do Interior –

Corresponde a formalização dos compromissos que deverão garantir a execução do plano de trabalho relativo à pré-implantação da Pesquisa - elaboração do estudo de delineamento amostral; planejamento dos processos de constituição e treinamento das equipes de campo, processamento e análise; elaboração de pelo menos 1/3 das listagens; treinamento das equipes de execução

PARTE II

ESTRATÉGIA TÉCNICA PARA EXECUÇÃO DA PED-CENTROS URBANOS DO INTERIOR

1 - A Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED

1.1 - Objetivos e Escopo Temático

A Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED é realizada de forma contínua em seis regiões metropolitanas brasileiras – Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo e no Distrito Federal, encontrando-se em fase final de implantação na Região Metropolitana de Fortaleza, pelo convênio do Seade e DIEESE com diversos órgãos estaduais. Teve início em 1984, em São Paulo, e apresenta divulgação ininterrupta de resultados para todas as regiões desde sua implantação.

A pesquisa visa apresentar indicadores conjunturais e estruturais sobre o mercado de trabalho, obtidos por meio de pesquisa domiciliar a partir de amostragem probabilística, em levantamentos mensais de informações, a partir de instrumento de coleta padronizado.

De acordo com sua metodologia, a execução da PED é regida por três propósitos básicos:

- captar e divulgar informações segundo uma metodologia que permita expressar, de forma acurada, situações típicas de um mercado de trabalho heterogêneo, no qual os limites entre as condições de ocupado, desempregado e inativo são muito tênues;
- aplicar um questionário que, além de viabilizar esta proposta metodológica, garanta a obtenção de indicadores compatíveis com as estatísticas internacionais;
- construir um banco de microdados que possibilite às demais instituições e estudiosos o processamento das variáveis descritivas do mercado de trabalho de acordo com a abordagem teórica e metodológica mais adequada a seus objetivos.

Desde sua origem, os indicadores construídos pela PED buscam expressar o comportamento de mercados de trabalho caracterizados por forte heterogeneidade e flexibilidade. Por isso, o grande desafio de sua implementação consistiu na operacionalização de conceitos em uma pesquisa domiciliar que permitisse, de um lado, identificar os limites das três situações básicas de inserção da população em idade ativa, e, de outro, redefinir a classificação das situações limítrofes das categorias de condição de atividade.

Nesse sentido, a classificação de condição de atividade adotada na PED fundamenta-se na operacionalização de cinco parâmetros: procura efetiva de trabalho em 30 dias; disponibilidade para trabalhar com procura em 12 meses; situação de trabalho; tipo de trabalho exercido; necessidade de mudança de trabalho. A seguir, apresenta-se um quadro-síntese com as combinações dos diferentes parâmetros para definição da condição de atividade da PED.

Quadro 1 - PARÂMETROS DEFINIDORES DA CONDIÇÃO DE ATIVIDADE DA PIA

Condição de atividade	Parâmetros				
	Procura efetiva de trabalho (30 dias)	Disponibilidade para trabalhar com procura em 12 meses	Situação de trabalho	Tipo de trabalho exercido	Necessidade de mudança de trabalho
PEA (Disponibilidade para trabalhar)					
Desemprego aberto	Sim	----	Não	----	----
Desemprego oculto pelo trabalho precário	Sim	----	Sim	Irregular	Sim
Desemprego oculto pelo trabalho precário	Não	Sim	Sim	Irregular	Sim
Desemprego oculto pelo desalento	Não	Sim	Não	----	----
Ocupado	Sim	----	Sim	Irregular	Não
Ocupado	Sim	----	Sim	Regular	Sim / Não
Ocupado	Não	Sim	Sim	Irregular	Não
Ocupado	Não	Sim	Sim	Regular	Sim / Não
Ocupado	Não	Não	Sim	Regular	----
Ocupado	Não	Não	Sim	Irregular	----
INATIVOS (sem disponibilidade para trabalhar)					
Inativo com trabalho excepcional	Não	Não	Não	Excepcional	----
Inativo sem trabalho	Não	Não	Não	----	----

Como demonstrado no quadro anterior, a PED classifica a condição de atividade da População em Idade Ativa – PIA (10 anos e mais) como segue.

População Economicamente Ativa – PEA – compreende todos os indivíduos que, no momento da pesquisa, estão comprometidos com o mundo do trabalho, ou seja, constituem a força de trabalho, que poderá ser utilizada (ocupada) ou manifestar-se como excedente ou sem acesso a um posto de trabalho (desempregada).

População Desempregada – é a parcela da PEA que, no momento da pesquisa, não tem acesso a um posto de trabalho, compreendendo três situações:

- *desemprego aberto* – pessoas sem nenhum trabalho nos 7 últimos dias e com procura de trabalho efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista;
- *desemprego oculto pelo desalento* – pessoas sem trabalho nos 7 dias anteriores ao da entrevista e com disponibilidade para ocupar um posto de trabalho, porém sem procura efetiva de trabalho nos últimos 30 dias por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas que realizaram ações concretas de procura de trabalho durante pelo menos 15 dias, nos últimos 12 meses;
- *desemprego oculto pelo trabalho precário* – pessoas que realizaram, nos últimos 7 dias ou nos 30 dias anteriores ao da entrevista, trabalhos precários de auto-ocupação – atividades remuneradas eventuais e instáveis ou não-remuneradas em ajuda a negócios de parentes – e que procuraram substituir este trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou que, não tendo procurado neste período, fizeram-no sem êxito até 12 meses atrás.

População Ocupada – compreende os indivíduos que, nos 7 dias anteriores ao da entrevista, tinham trabalho regular de tipo assalariado ou independente, com ou sem procura de trabalho. Também são ocupadas as pessoas que, neste período, exerceram trabalhos eventuais ou irregulares, desde que não tenham procurado mudar de trabalho. Excluem-se, porém, os indivíduos que, somente porque sobrou tempo de outras atividades prioritárias, exerceram nos últimos 7 dias trabalhos eventuais.

População Inativa – compreende as seguintes situações:

- *inativo sem nenhum trabalho* – a parcela da PIA que não realizou nenhum trabalho nos últimos 7 dias, não apresentou procura efetiva de trabalho, nem tem nenhuma disponibilidade atual para trabalhar;

- *inativo com trabalho excepcional* – parcela da PIA que não procurou trabalho porque não tem disponibilidade para ocupar um posto de trabalho, embora eventualmente tenha, nos últimos 7 dias, exercido alguma atividade remunerada só porque sobrou tempo de seus afazeres principais.

O questionário básico desenhado para esta pesquisa foi estruturado de forma a operacionalizar os parâmetros definidores da condição de atividade, captar informações que permitam caracterizar as diferentes situações de inserção no mercado de trabalho e, ainda, traçar o perfil sociodemográfico da PIA.

1.2 - Desenho Amostral

O planejamento amostral de uma pesquisa domiciliar envolve uma série de aspectos interligados, destacando-se o dimensionamento, a estratificação, a seleção em um ou mais estágios, o sistema de referência utilizado, a alocação da amostra segundo os estratos, a temporalidade, a dependência ou independência das unidades selecionadas e a precisão exigida em termos da magnitude dos erros amostrais.

Em todas as PEDs, adotou-se um planejamento amostral que prevê inicialmente a estratificação de cada região por informações disponíveis relacionadas ao mercado de trabalho (tais como a distribuição setorial da população ocupada ou o rendimento dos chefes dos domicílios), procedimento que contribui para aumentar a precisão dos indicadores. Em todas se utiliza o método de seleção em dois estágios e toma-se como sistema de referência original a relação mais recente disponível dos setores censitários.

De acordo com a estratificação adotada, esse sistema de referência é organizado, etapa na qual se eliminam os setores rurais e outros que não constituem interesse da pesquisa e na qual se geram conglomerados de tamanho semelhante a partir da divisão ou junção dos setores censitários muito grandes ou muito pequenos, respectivamente. Feito isso, procede-se à seleção dos domicílios a serem pesquisados, por meio de amostragem probabilística em dois estágios: no primeiro, selecionam-se conglomerados e, no segundo, as unidades domiciliares a partir dos conglomerados previamente selecionados e arrolados. Até o momento, a maioria das amostras foi alocada de forma proporcional à

distribuição da população pelos estratos definidos. A amostra é planejada de forma a garantir que os resultados nela observados sejam estimadores não viesados dos parâmetros populacionais.

Nas regiões metropolitanas e no Distrito Federal, a temporalidade da pesquisa é contínua, apresentando-se indicadores conjunturais e estruturais sobre o mercado de trabalho, baseados em levantamentos mensais de informações, a partir de instrumento de coleta padronizado. Por razões de custo, a amostra mínima prevista para garantir a precisão desejada dos indicadores não é levantada em um único mês, mas distribuída ao longo de três meses. Entretanto, os principais indicadores são divulgados mensalmente, sendo que as estatísticas correspondem à agregação dos dados amostrais de três meses consecutivos. As amostras mensais são independentes, ou seja, não se repetem domicílios, o que permite a acumulação dos dados coletados por um período qualquer, respeitando-se o mínimo de três meses para garantir a precisão estabelecida.

Além das principais regiões metropolitanas e do Distrito Federal, houve também levantamentos em regiões menores e não metropolitanas, entre as quais o município de São José dos Campos (SP), o de Santa Cruz do Rio Pardo (SP) e, mais recentemente, as investigações realizadas nas regiões de Pelotas (RS) e Caruaru (PE), no segundo semestre de 2006. Estes levantamentos adotaram planejamento amostral bastante semelhante ao das PEDs realizadas nas regiões metropolitanas, com a principal diferença no aspecto temporalidade, pois nas regiões menores optou-se, até o momento, por tomadas únicas. Em Caruaru e em Pelotas, as amostras previstas de 4.500 domicílios foram coletadas ao longo de três meses (aproximadamente 1.500 domicílios/mês), divulgando-se resultados únicos, referentes à média do período pesquisado.

1.3 - Execução da Pesquisa

A execução da PED em diferentes regiões metropolitanas do país se dá de forma descentralizada e em parceria com entidades governamentais e segmentos da sociedade locais, o que a torna bastante flexível para captar as especificidades dos mercados de trabalho regionais e para investigar temas de interesses relacionados a outros aspectos sociais.

Em conformidade com as Resoluções 54 e 55, de 14 de dezembro de 1993, do Codefat, cabe à Fundação Seade e ao DIEESE, detentores solidários da metodologia da PED, o assessoramento técnico especializado às entidades dos órgãos conveniados para a implantação da pesquisa, inclusive a

capacitação técnico-operacional para sua execução. Sendo assim, esse modelo de execução descentralizado tem se mostrado adequado porque conta com a assistência técnica permanente dessas instituições, desde o acompanhamento metodológico durante a fase dos trabalhos de campo, até a revisão analítica dos boletins de divulgação de seus resultados.

Saliente-se, ainda, que os procedimentos de coleta de dados são seguidos em todas as regiões onde a PED é executada e se apóiam em uma estrutura de campo setorizada – técnica e funcional que garante a agilidade na captação dos dados e a adequada aplicação do questionário.

2 - Estratégias para execução da PED – Centros Urbanos do Interior

A execução da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED prevista para municípios com população igual ou superior a 300 mil habitantes parte dos princípios e orientações básicas que nortearam a introdução dessa pesquisa não apenas nas regiões metropolitanas onde a mesma vem sendo realizada como, também, em municípios de menor porte e em aglomerados urbanos, localizados no interior dos Estados.

A inclusão dessas áreas interioranas constitui, sem dúvida, ganho significativo na medida em que amplia a abrangência geográfica da PED, possibilitando análises comparativas com outros centros urbanos e gerando informações que permitem embasar a formulação de políticas públicas locais.

A seguir, apresentam-se propostas de estratégias para sua implantação no que concerne a:

- abrangência temática;
- desenho amostral;
- implantação e execução.

2.1 - Abrangência Temática

Para desenho do instrumento de coleta a ser utilizado na PED – Interior, apresentam-se sugestões de adequação no escopo temático da PED metropolitana, para que a sua execução em municípios de médio porte produza indicadores mais aderentes à realidade destas áreas e, ao mesmo tempo, garanta sua comparabilidade com as regiões metropolitanas.

Classificação da condição de atividade

Partindo do pressuposto de que a estrutura econômica de municípios de 300 mil habitantes ou mais leva à constituição de um mercado de trabalho local ou regional com relativo grau de heterogeneidade, tal como nos espaços metropolitanos, a adoção da classificação da condição de atividade da PED permitirá identificar grupos de ocupados, desempregados e inativos, explicitando formas ocultas de desemprego e o exercício de trabalho excepcional pela população inativa, presentes

também nesses mercados.

Desse modo, os parâmetros básicos de classificação de condição de atividade utilizados na PED metropolitana, explicitados anteriormente, devem ser operacionalizados também nos levantamentos domiciliares da PED – Interior.

Caracterização dos ocupados

Os aspectos investigados para a população ocupada devem permitir caracterizar, assim como nos mercados metropolitanos, o trabalho principal realizado no que se refere a: posição na ocupação, ocupação, setor de atividade e setor institucional da empresa empregadora, tamanho da empresa, rendimentos do trabalho, acesso à previdência social, posse de carteira assinada, jornada de trabalho, local da empresa ou negócio, tempo de permanência no atual trabalho, além de identificar o exercício de trabalho adicional. Ademais, é importante incorporar a captação de outras variáveis para subsidiar o desenho de políticas públicas locais de emprego, trabalho e renda.

São apresentadas a seguir algumas recomendações de ajustes e incorporações de variáveis que possam contribuir na formulação do questionário a ser aplicado nas pesquisas domiciliares em municípios com 300 mil habitantes ou mais.

- Identificação do principal meio de obtenção do trabalho atual, para captar canais efetivos de acesso a postos de trabalho em mercados não-metropolitanos, inclusive precisando a efetividade dos postos públicos de atendimento ao trabalhador.
- Ampliação das alternativas de resposta para a questão que identifica a posição do entrevistado no seu atual trabalho principal, incorporando as categorias: *estagiário remunerado, pequeno produtor agrícola e cooperado*. Esta ampliação permite o acompanhamento de novas formas de contratação.
- Identificação dos benefícios indiretos acrescidos à remuneração do trabalho, tais como cesta básica, fornecimento de alimentação, vale-refeição, vale-supermercado, auxílio ao transporte, auxílio à creche e escola, convênio médico e seguro de vida.
- Identificação da natureza jurídica da empresa privada que contrata, identificando as que têm fins lucrativos e aquelas sem fins lucrativos, constituídas como associações, cooperativas, organizações não-governamentais, etc.

- Investigação do local de exercício do trabalho, distinguindo o trabalho realizado no local de funcionamento da empresa ou negócio daquele feito em outros locais, como, por exemplo, domicílio onde o trabalhador reside.
- Captação das principais dificuldades enfrentadas pelos microempreendedores e trabalhadores independentes no exercício da atividade de sua empresa, negócio ou empreendimento, buscando identificar em que medida o poder público pode atuar para minimizar essas dificuldades.
- Ampliação da captação de rendimentos com inclusão de recebimentos de outras fontes associadas à realização de trabalho, tais como décimo terceiro salário, trabalhos ocasionais, verbas rescisórias de trabalhos anteriores, fundo de garantia, abonos provenientes do PIS-Pasep. Além disso, deve-se investigar renda obtida de outras fontes, como, por exemplo, pensões alimentícias, aluguéis, transferências ou ajudas de custo para pagamento de mensalidades escolares na forma de bolsas de estudos, doações e transferência de renda de programas governamentais.
- Identificação do atual emprego ou trabalho como primeira experiência de trabalho, para avaliar formas de inserção da população mais jovem.
- Inclusão de questões que investiguem a realização de cursos de qualificação ou capacitação profissional.

Caracterização dos desempregados

As características investigadas para a população desempregada devem permitir a caracterização habitual da PED por tipo de desemprego (aberto, oculto pelo trabalho precário ou pelo desalento). Além disso, deve-se preservar a captação de variáveis sobre posição na ocupação do último trabalho regular, tempo decorrido desde que perdeu ou deixou o último emprego ou trabalho, meios de sobrevivência, rendimentos e ainda, sobre motivo de saída.

Para os desempregados com exercício de trabalho precário nos últimos 30 dias é importante preservar-se a identificação da posição na ocupação e dos rendimentos desta atividade para permitir outros estudos analíticos.

Com o intuito de obter uma avaliação mais detalhada das dificuldades a que estes

trabalhadores estão expostos, a pesquisa poderá investigar, ainda, um conjunto de variáveis que contribuam para a formulação de ações do poder público de apoio aos desempregados, tais como:

- identificação das atuais dificuldades ou limitações que a população desempregada enfrenta para conseguir trabalho;
- revisão da questão que capta as providências realizadas para procura de trabalho, com o intuito de identificar todos os meios utilizados nessa busca por um posto de trabalho, inclusive a utilização dos postos públicos de atendimento ao trabalhador;
- ampliação da captação de rendimentos com a inclusão de rendas de outras fontes, como, por exemplo, verbas rescisórias, fundo de garantia, abonos provenientes do PIS-Pasep, pensões alimentícias, aluguéis, bolsas de estudos, doações e transferência de renda de programas governamentais;
- inclusão de questões que investiguem e caracterizem os cursos de qualificação ou capacitação profissional realizados.

Caracterização dos inativos

As informações a serem captadas pela PED devem permitir caracterizar a população inativa, discriminando-a quanto ao exercício de trabalho excepcional, identificando o tipo de trabalho exercido e rendimentos.

São listadas a seguir as principais revisões sugeridas na elaboração de questionário domiciliar para aplicação em municípios de 300 mil habitantes ou mais.

- Focalizar as razões da inatividade sob o motivo de não-trabalho, buscando identificar pelo menos três dimensões: as razões diretamente ligadas ao mercado de trabalho; aquelas relacionadas às formas de organização familiar e as razões estritamente pessoais. Nesse sentido, deve ser pensada a inclusão de uma questão que aborde os motivos de não-trabalho ou de realização de trabalho somente em caráter excepcional.
- Identificar a experiência anterior de trabalho da população inativa para gerar subsídios às ações de recolocação ou primeiro emprego.
- Incluir questões que investiguem a realização de cursos de qualificação ou capacitação

profissional.

- Ampliar a captação de rendimentos, além do recebimento de pensão ou aposentadoria e seguro-desemprego, captados no questionário da PED metropolitana, a partir da inclusão de recebimentos de outras fontes, como, por exemplo, ganhos oriundos da realização de trabalhos excepcionais, verbas rescisórias, fundo de garantia, abonos provenientes do PIS-Pasep, pensões alimentícias, aluguéis, bolsas de estudos, doações e transferências de renda de programas governamentais.

Caracterização da população total

A caracterização da população total deve abranger os atributos sociodemográficos básicos, ou seja, sexo, idade, composição familiar e cor, além da condição de migração e escolaridade, já investigadas na PED metropolitana.

No entanto, na perspectiva de fornecer informações ao poder local para apoiar programas específicos de política pública, a investigação da dimensão educacional precisa ser aprimorada em dois aspectos:

- explicitação, no questionário, das alternativas de frequência à escola série a série de cada um dos níveis de ensino – fundamental, médio e superior –, acrescidas de alternativas para identificação do ensino não-seriado (supletivo). Com isso, será possível acompanhar a implantação da mudança do Ensino Fundamental de oito para nove anos, como também calcular, com maior precisão, o indicador anos de escolaridade;
- ampliação da caracterização dos ensinos médio técnico e de nível superior, registrando o nome do curso frequentado ou concluído, que deve ser codificado, segundo classificações já largamente utilizadas pelos censos educacionais, para permitir a geração de indicadores relacionados à formação profissional. Dessa forma será possível estabelecer relações entre escolaridade, tipo de curso realizado e a efetiva inserção no mercado de trabalho.

2.3 - Desenho Amostral

A seguir, apresentam-se as diretrizes para o planejamento amostral da pesquisa nos municípios com 300 mil habitantes ou mais, uma vez que a adoção definitiva de um tipo de planejamento depende de diversos fatores, não apenas técnicos.

Inicialmente, é necessário definir quantos e quais municípios serão contemplados com a pesquisa e, em seguida, para cada uma deles, deve-se, por meio de discussões com os interessados, definir quais os procedimentos mais adequados para atender às expectativas em relação à pesquisa, pois é necessário considerar a verba disponível e os interesses locais.

Segue-se a descrição dos municípios com mais de 300.000 habitantes no Brasil e o planejamento amostral adotado em uma das experiências da PED em regiões menores – aquela realizada em Pelotas, no segundo semestre de 2006. Para alguns aspectos do planejamento da amostra, propõem-se duas alternativas, discutindo-se as possíveis vantagens e desvantagens de cada uma, a fim de subsidiar a escolha final da metodologia de pesquisa a ser adotada.

Municípios-alvo da Pesquisa

Considerando-se que o universo potencial da pesquisa no interior é composto por municípios com 300 mil habitantes ou mais, somam-se 81 localidades brasileiras, conforme estimativas de população para 2008, do IBGE (ver Anexo – relação de municípios com 300 mil habitantes ou mais).

Como esperado, predominam municípios do Sudeste (52%) – 22 do Estado de São Paulo, sete de Minas Gerais, nove do Rio de Janeiro e quatro do Espírito Santo, totalizando 42 municípios (Tabela 1). Além disso, 54 municípios (67%) pertencem a alguma região metropolitana definida por legislação estadual ou federal.

Tabela 1
Municípios com mais de 300.000 Habitantes, segundo localização em Região Metropolitana
Brasil
2008

Região	Localização em Região Metropolitana				Total	
	Não		Sim		N.Abs.	%
	N. Abs.	%	N. Abs.	%		
Norte	3	50,0	3	50,0	6	100,0
Nordeste	4	25,0	12	75,0	16	100,0
Sudeste	13	31,0	29	69,0	42	100,0
Sul	4	36,4	7	63,6	11	100,0
Centro-Oeste	3	50,0	3 ⁽¹⁾	50,0	6	100,0
Total	27	33,3	54	66,7	81	100,0

Fonte: IBGE.

(1) Inclusive o Distrito Federal.

Dos 27 municípios que não se situam em Regiões Metropolitanas, seis são capitais de Estado: Porto Velho, Manaus, Rio Branco, Teresina, Campo Grande e Cuiabá, sendo que Teresina pertence a uma Região Integrada de Desenvolvimento – Ride com mais 11 municípios do seu entorno e Cuiabá forma um Aglomerado Urbano com o município de Várzea Grande.

No caso de se restringir a realização da pesquisa aos municípios que não pertençam a região metropolitana nem sejam capital de Estado, o número disponível se reduz a um quarto. Dessa forma, somente 21 municípios constituiriam alvo da pesquisa, conforme quadro a seguir:

Quadro 1
Municípios com mais de 300.000 Habitantes que Não São Capital nem Pertencem a Região
Metropolitanas
Brasil
2008

Nº	Região	UF	Código do Município	Nome do Município
1	Nordeste	PB	2504009	Campina Grande
2	Nordeste	BA	2910800	Feira de Santana
3	Nordeste	BA	2933307	Vitória da Conquista
1	Sudeste	MG	3136702	Juiz de Fora
2	Sudeste	MG	3143302	Montes Claros
3	Sudeste	MG	3170206	Uberlândia
4	Sudeste	RJ	3301009	Campos dos Goytacazes
5	Sudeste	RJ	3303906	Petrópolis
6	Sudeste	SP	3506003	Bauru
7	Sudeste	SP	3516200	Franca
8	Sudeste	SP	3525904	Jundiaí
9	Sudeste	SP	3538709	Piracicaba
10	Sudeste	SP	3543402	Ribeirão Preto
11	Sudeste	SP	3549805	São José do Rio Preto
12	Sudeste	SP	3549904	São José dos Campos
13	Sudeste	SP	3552205	Sorocaba
1	Sul	PR	4108304	Foz do Iguaçu
2	Sul	PR	4119905	Ponta Grossa
3	Sul	RS	4305108	Caxias do Sul
4	Sul	RS	4314407	Pelotas
1	Centro-Oeste	GO	5201108	Anápolis

Fonte: IBGE.

Novamente, predominam municípios da Região Sudeste (13), destacando-se o Estado de São Paulo, com oito municípios. No Nordeste, observam-se dois municípios na Bahia e um na Paraíba; no Sul, dois municípios no Paraná e dois no Rio Grande do Sul; no Centro-Oeste, somente um município, em Goiás. Nenhum município da Região Norte apresenta população superior a 300 mil habitantes, exceto as capitais e aqueles que pertencem a região metropolitana.

Experiência na Região de Pelotas

No segundo semestre de 2006, foi realizada tomada única de uma versão da PED nas regiões de Caruaru (PE) e de Pelotas (RS). Esta última, por ter tamanho semelhante ao do que se prevê nesta proposta, serve como exemplo para um possível dimensionamento de amostra para pesquisa em tomada única e para os erros amostrais que podem ser esperados a partir deste dimensionamento. Vale ressaltar, entretanto, que diferenças regionais intensas na magnitude ou na distribuição dos dados, bem como na correlação intraclasse existente nos setores censitários, podem levar a maior ou menor precisão dos indicadores para o mesmo tamanho de amostra adotado.

A amostra planejada para Pelotas (incluindo os municípios do Aglomerado Urbano do Sul – RS e outros) foi calculada em cerca de 4.500 unidades domiciliares, sorteadas em dois estágios ao longo de três meses, correspondente aproximadamente a 1.500 domicílios em cada mês. No primeiro estágio, foram sorteados *95 conglomerados por mês*, perfazendo um total de 285 no trimestre, e, no segundo estágio, de cada conglomerado previamente selecionado e listado, foram sorteados *16 domicílios em média*.

Cabe ressaltar que, para otimizar os resultados obtidos a partir de amostras em dois estágios, é conveniente que o tamanho das unidades primárias de sorteio não varie muito. Por esse motivo, criaram-se os conglomerados que, na maioria dos casos, correspondiam a setores censitários, divergindo destes apenas quando estes eram muito pequenos ou muito grandes, caso em que os conglomerados foram constituídos da junção e da divisão de setores censitários, respectivamente. Dessa forma, foram efetivamente selecionados para a pesquisa 290 setores censitários.

No planejamento da amostra estabeleceu-se a precisão desejada para os principais indicadores da pesquisa e, após o levantamento dos dados e do cálculo dos erros efetivamente obtidos, observaram-se resultados em concordância com as expectativas. Assim, a partir do tamanho de amostra definido para a pesquisa (4.500 domicílios), obteve-se um coeficiente de variação de 3,0% para a taxa de desemprego total e para a média de rendimentos, ou seja, os erros das estimativas em relação a esses indicadores foram de no máximo 6%, com 95% de confiança. Para os demais indicadores normalmente divulgados na PED, constataram-se também erros amostrais dentro do esperado e inferiores a 15%.

Alternativas de Amostra para PED – Interior

Para a realização da pesquisa nos municípios com população maior ou igual a 300 mil habitantes, em três dos principais aspectos do planejamento amostral sugere-se a discussão de mais de uma alternativa ou de possível alteração em relação ao normalmente utilizado nas PEDs, a saber:

- alocação da amostra segundo os estratos;
- temporalidade;
- magnitude dos erros amostrais.

Alocação da amostra segundo os estratos

As amostras da PED normalmente são alocadas de maneira proporcional à distribuição da população pelos estratos utilizados, o que, entretanto, não constitui procedimento obrigatório, uma vez que se pode optar pela sobreamostragem (*oversampling*), ou seja, por alocar na amostra uma proporção maior de unidades de um determinado estrato em relação à existente na população, com o intuito de poder investigar mais e com maior precisão as características desse estrato. Como exemplos, pode-se considerar a possibilidade de investigação mais profunda de um estrato composto pelos setores censitários menos favorecidos, segundo critérios socioeconômicos predefinidos, ou de um estrato correspondente a uma região de interesse. Desta forma, há duas opções para a alocação da amostra:

- sobreamostragem (*oversampling*) no estrato de interesse;
- amostra proporcional ao tamanho dos estratos.

A maior vantagem de se optar pela sobreamostragem encontra-se na possibilidade de analisar em maior profundidade parcela da população na qual se tenha interesse especial, sem precisar aumentar muito o tamanho da amostra geral. Entre as principais desvantagens, encontram-se as possíveis dificuldades para a ponderação dos dados globais e a presença de erros amostrais diferentes de acordo com o estrato populacional, o que significa na prática que, se para uma parcela da população o conhecimento será mais aprofundado, para outras necessariamente será mais superficial, uma vez que serão relativamente subamostradas.

Temporalidade

Um dos principais aspectos na realização de pesquisas amostrais domiciliares consiste na temporalidade. Para os municípios de pelo menos 300.000 habitantes não pertencentes a regiões metropolitanas, propõem-se duas possibilidades de realização da pesquisa:

- levantamento em uma única tomada;
- levantamento contínuo, por período de tempo a ser determinado.

Essas duas formas de pesquisa implicam diferenças no tipo de informação que pode ser coletada e divulgada, na possibilidade de detalhamento regional ou setorial dos dados, nos custos envolvidos e até mesmo nos procedimentos de campo adotados.

A fim de possibilitar uma maior riqueza na discussão do assunto e de permitir uma escolha bem estudada, cabe destacar o que se pode esperar de cada uma dessas formas propostas e debater as principais vantagens e dificuldades de cada uma delas.

- Pesquisa em tomada única

No caso de ser realizado apenas um levantamento de dados, provavelmente será selecionada uma amostra de tamanho aproximado ao da utilizada em Pelotas (4.500 domicílios), esperando-se que os indicadores tenham precisão também semelhante à obtida naquela região. Isso significa que deverá haver precisão suficiente para permitir a análise dos principais indicadores de mercado de trabalho divulgados mensalmente (a partir das informações acumuladas dos três últimos meses de pesquisa) pelas PEDs das regiões metropolitanas, entre eles: a taxa de desemprego total, por tipo e para alguns segmentos populacionais; a distribuição e a estimativa do número de ocupados por setor de atividade e por posição na ocupação; o rendimento obtido e as horas trabalhadas pelos ocupados e a estimativa do número de inativos e de desempregados.

Os aspectos normalmente analisados nas PEDs das regiões metropolitanas com o acúmulo de um, ou até mesmo de dois anos de informações, provavelmente não poderão ser estudados nesta opção, pois resultariam em indicadores pouco precisos cuja divulgação feriria o padrão de qualidade estabelecido para a PED. Assim, a análise detalhada do mercado de trabalho, como, por exemplo, estudos de gênero, raça/cor, jovens e idosos; análises sobre rendimentos para segmentos específicos e exploração da situação dos desempregados, entre outros, não serão possíveis, bem como a desagregação das informações para regiões internas do município, ou a incorporação de questões de interesse local abordando fenômenos sabidamente de baixa incidência.

Para realizar a pesquisa dessa forma, será possível adotar os principais procedimentos normalmente utilizados na execução da PED. A equipe poderá ser local ou formada por membros que não necessariamente morem na região pesquisada. Em tomada única, serão pesquisados menos domicílios do que em processo contínuo, acarretando, portanto, menores custos.

- Pesquisa contínua

Em uma pesquisa contínua, realizada em um período predeterminado de tempo que poderia ser de um ou mais anos, ter-se-ia uma situação semelhante à encontrada na PED das regiões metropolitanas, ou seja, seria possível obter os mesmos resultados mensais que a proposta anterior permite, em divulgações mensais a partir do acúmulo de informações de três meses de pesquisa. Além disso, tal como nas PEDs metropolitanas, haveria a possibilidade do acúmulo de informações por períodos mais longos (semestres ou anos) para permitir análises mais detalhadas, como já mencionadas no item anterior. Destaca-se a possibilidade de fornecer não apenas informações gerais do município, mas também a estimação de indicadores para áreas intramunicipais, atendendo a formas de regionalização tradicionais ou novas. Também se torna muito mais viável e compensadora a incorporação de questões de interesse local ou geral, que abordem aspectos menos explorados e talvez mais raros, para serem analisados com informações acumuladas anualmente.

A exemplo do que ocorre nas PEDs metropolitanas, existe a possibilidade de acoplar ao instrumento de coleta suplementos com o objetivo de investigar mais detalhadamente temas de interesse. Estes suplementos podem ser aplicados durante um subperíodo e depois ser substituídos por outros, levando ao conhecimento aprofundado da região. Se a pesquisa for realizada por períodos mais longos, acumulando um tamanho razoável de amostra, esta poderá ser utilizada como base para outras pesquisas menores e futuras, ou seja, a partir de questões simples incorporadas na pesquisa original, pode-se identificar os domicílios que apresentam uma determinada característica de interesse e, no futuro, revisitá-los e estudar detalhadamente o fenômeno apontado. Outra forma de se chegar a um elevado grau de detalhamento das informações é por meio de metodologias de estimação baseadas em modelos espaço-temporais.

A parceria com entidades locais como prefeituras, universidades ou outras organizações, senão imprescindível, é altamente recomendada para a viabilização e o bom proveito desta forma de pesquisa. Esta opção provavelmente demandará uma equipe de campo local, uma vez que os trabalhos serão realizados em um intervalo de tempo consideravelmente longo. Haverá a necessidade de seleção

de um número bem mais elevado de setores censitários e serão pesquisados muito mais domicílios do que em tomada única, chegando-se, portanto, a custos mais elevados.

- Pesquisa contínua com amostra mensal menor

Uma opção para diminuir um pouco os custos dessa forma de pesquisa seria a utilização de amostras mensais menores, abrindo-se mão de informações conjunturais, ou seja, referentes aos trimestres, mas garantindo-se resultados anuais ou semestrais. Por exemplo, uma amostra de mil domicílios por mês (6.000 domicílios por semestre) seria suficiente para divulgar indicadores básicos semestrais e para investigações mais profundas em períodos anuais.

Pelo exposto anteriormente, conclui-se que as duas alternativas de temporalidade para a pesquisa apresentam vantagens e desvantagens, que podem ser resumidas da seguinte maneira:

Pesquisa em tomada única	
<i>Vantagens</i>	<i>Desvantagens</i>
<ul style="list-style-type: none">• custo menor• não há necessidade de contratar, de forma permanente, equipe local para a realização da pesquisa	<ul style="list-style-type: none">• sem detalhamento regional• sem análises no tempo• abertura restrita das informações• impossibilidade de abordar muitos temas ou questões

Pesquisa contínua	
<i>Vantagens</i>	<i>Desvantagens</i>
<ul style="list-style-type: none">• detalhamento regional• análises no tempo• abertura mais detalhada das informações• possibilidade de abordar mais temas ou questões• possibilidade de acoplar suplementos específicos à pesquisa	<ul style="list-style-type: none">• custo mais elevado• necessidade de contratar equipe local permanente para atuar de forma contínua na realização da pesquisa

Cabe ressaltar que, caso se opte pela tomada única, devido ao seu menor custo é possível realizar a pesquisa em mais municípios. Em contrapartida, a possibilidade de maiores detalhamento e aprofundamento oferecida pela pesquisa contínua eleva a probabilidade de se obterem parceiros locais que contribuam para a realização do levantamento.

Magnitude dos erros amostrais

Um dos fatores determinantes do tamanho de uma amostra é a precisão desejada para seus indicadores. Nas regiões metropolitanas em que a PED é realizada, bem como no Distrito Federal, estabeleceu-se que só seriam disponibilizados indicadores cujos erros amostrais relativos fossem no máximo 15%, sendo que os principais índices, como taxa de desemprego, de ocupação e de participação, apresentam erros ainda menores. Convém ser mais rigoroso quando se apresentam séries de indicadores, caso contrário podem ocorrer variações mensais muito intensas que prejudicam a credibilidade da pesquisa. Nos casos de tomada única ou quando a evolução mensal dos indicadores não apresenta grande interesse, pode-se cogitar em maior tolerância a erros amostrais mais elevados. Com isso, diminui-se o tamanho da amostra a ser levantada e, conseqüentemente, os custos envolvidos.

2.3 - Implantação e Execução da PED – Interior

A implantação da Pesquisa de Emprego e Desemprego em municípios com população igual ou superior a 300.000 habitantes, à semelhança do ocorrido nas demais regiões onde a mesma foi desenvolvida, pressupõe uma série de etapas e procedimentos para viabilizar a execução dessa pesquisa, entre os quais uma atividade inicial básica compreendida pela montagem de um arcabouço institucional de vital importância para execução da PED local.

Essa atividade consiste na realização de reuniões de caráter institucional com representantes dos organismos demandantes da pesquisa, em geral, os governos estaduais, as prefeituras, universidades e demais organizações de grande representatividade local, contando com a participação de dirigentes da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, com a finalidade, de um lado, dar conhecimento da importância da PED para geração de informações para um programa de políticas públicas, e, de outro, discutir os interesses e as possibilidades locais de implementar a pesquisa, as suas etapas, prazos e procedimentos, bem como a definição da(s) entidade(s) locais executora(s) da pesquisa.

Acordados esses aspectos, devem-se realizar outras reuniões de caráter mais metodológico e operacional entre equipes técnicas envolvidas no processo, com o intuito de explicitar a metodologia

da PED, a operacionalização das atividades de campo, o sistema de coleta de dados, processamento e análise dos resultados.

Plano de Implantação

O plano de implantação desta pesquisa deve contemplar todas as atividades a serem desenvolvidas nesse processo, o seu respectivo cronograma, além da especificação dos recursos financeiros, materiais e humanos necessários a sua efetiva realização. A seguir são detalhadas as principais atividades realizadas nesta etapa, bem como são explicitadas as funções desempenhadas pela equipe alocada neste tipo de pesquisa domiciliar.

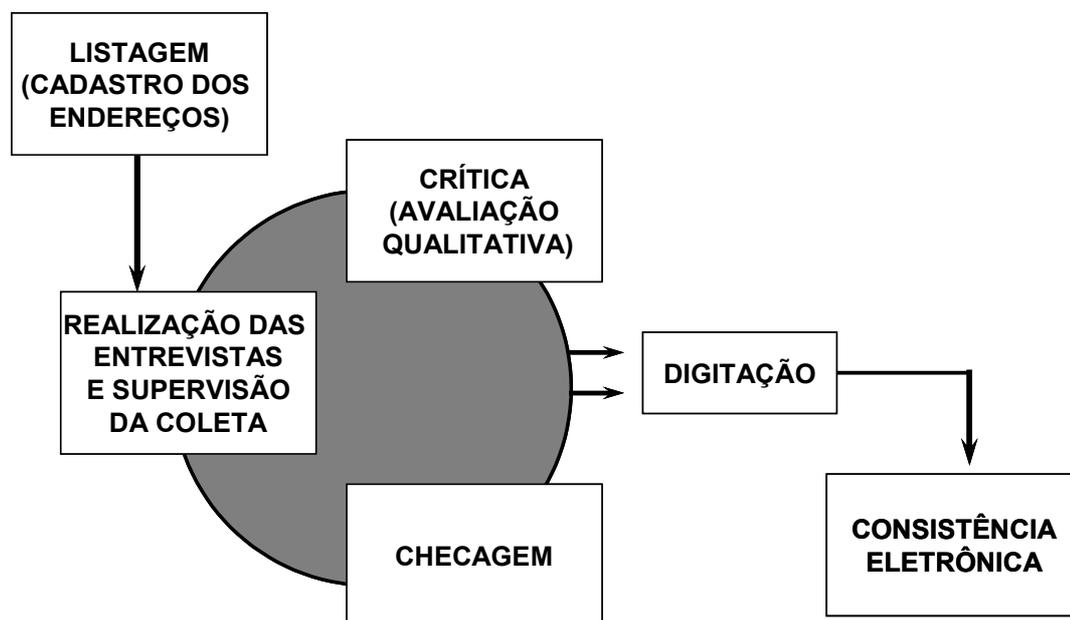
- Dimensionamento dos recursos humanos e atribuições da equipe de campo

Para a adequada execução da PED, é necessário montar uma estrutura de campo que prevê as diferentes funções/atividades a serem desenvolvidas. Saliente-se que o número de técnicos para cada função deve variar de acordo com o planejamento amostral, especificamente levando em conta o tamanho da amostra mensal e a dupla alternativa do critério de temporalidade: levantamento em tomada única ou levantamento contínuo.

A equipe de coleta de dados deve contar com os seguintes profissionais:

- Coordenador geral de campo;
- Supervisor;
- Coordenador de conferência de dados;
- Listador/checador;
- Pesquisador;
- Crítico;
- Digitador;
- Consistidor.

As equipes que constituem a estrutura de campo desenvolvem atividades que se interagem e se completam em sua dinâmica diária, que pode ser visualizada na Figura 1.

Figura 1 - Atividades de Execução da PED

A seguir são descritas as atividades desempenhadas pelos técnicos alocados para os trabalhos de campo.

Listagem (Cadastro de Endereços)

Em conformidade com o plano amostral elaborado para o levantamento de dados, em que são selecionados, no primeiro estágio, os setores censitários que compõem a amostra, realiza-se a atividade de listagem, que consiste no levantamento e especificação de todos os domicílios existentes nos setores censitários. Assim, formam-se um cadastro para cada setor censitário a ser utilizado no sorteio de domicílios.

Adicionalmente, a montagem desse cadastro tem por finalidade, tanto quanto possível, o reconhecimento imediato de cada domicílio, pelo pesquisador, no momento da realização da entrevista. Portanto, seu método de execução deve se basear na descrição orientada dos domicílios e na elaboração de mapas detalhados, inclusive com desenho de croquis.

A atividade será complementada por uma equipe de checagem da listagem, que tem como atribuição verificar os setores censitários, visando garantir a qualidade dos arrolamentos.

Realização da entrevista e supervisão de coleta

As entrevistas nos domicílios sorteados devem ser feitas por pesquisadores, devidamente capacitados. Ressalte-se que o questionário da PED é aplicado a todos os moradores com 10 anos e mais dos domicílios sorteados que, tendo em vista as informações que lhes são solicitadas, devem responder pessoalmente à entrevista. Sendo assim, para obtenção das respostas diretamente dos moradores, exige-se que o domicílio seja visitado até três vezes.

O pesquisador é treinado para aplicar o questionário da PED seguindo todas as instruções contidas no "Manual do Entrevistador", o qual deve ser sistematicamente consultado para evitar incorreções na captação das informações requeridas.

O trabalho do pesquisador é orientado e controlado por um supervisor, o qual esclarece dúvidas e dificuldades na aplicação do questionário, reorienta o pesquisador sobre procedimentos de abordagem do entrevistado, além de garantir o cumprimento das metas programadas para a coleta de dados por meio da verificação do agendamento de visitas em horários e dias diferenciados. Também faz parte das funções do supervisor acompanhar os pesquisadores em campo nas situações em que estes encontrem dificuldades em contatar os moradores, como os que residem em favelas, condomínios ou mesmo prédios de apartamentos.

Crítica de questionários (avaliação qualitativa)

A totalidade dos questionários aplicados em campo deve ser verificada pelos conferentes de dados, os quais recebem capacitação específica para desempenho desta função, com base em instruções e procedimentos explícitos no Manual de Crítica. Cabe a esses técnicos realizar a crítica de cada um dos questionários, por meio de avaliação qualitativa das informações registradas na entrevista quanto a: enquadramento das respostas nas alternativas predefinidas, adequação das codificações efetuadas e observações descritas. Nesse trabalho há interação com os supervisores para esclarecimento de aparentes incoerências e, quando necessário, solicita-se retorno do pesquisador ao domicílio do entrevistado para solução dos problemas.

Checagem de endereços e questionários

A checagem dos trabalhos de campo deve ser feita por uma equipe de técnicos cuja atribuição consistem em verificar diretamente no campo a qualidade do levantamento de dados, confirmando desde a correta localização do domicílio pesquisado, a forma de apresentação da pesquisa para os

entrevistados, até a aplicação do questionário (por exemplo, número de indivíduos arrolados, número de visitas, registro da situação ocupacional). Esta atividade visa avaliar, por amostragem, o trabalho de coleta realizado e, eventualmente, corrigir informações captadas pelo pesquisador.

Digitação

Após a crítica qualitativa e checagem dos questionários aplicados em campo, as informações registradas nos instrumentos de coleta são digitados em arquivos de entrada de dados programados especificamente para este fim.

A digitação é feita por lotes de questionários, que são enviados diariamente para o setor responsável pela execução da atividade de consistência eletrônica de dados, evitando-se, assim, possíveis atrasos e estrangulamento no fluxo desse material e finalização da pesquisa. Nesse sentido, ainda na fase de planejamento da pesquisa são definidos prazos a serem cumpridos nesse processo de trabalho.

Consistência eletrônica de dados

Os dados digitados passam por processo de consistência eletrônica para se detectarem incoerências na aplicação do questionário, não identificadas nos procedimentos de crítica ou de checagem. Para tanto, é desenvolvido um programa eletrônico apoiado em regras de validação construídas segundo as variáveis operacionalizadas no questionário definido para a PED – Interior. Os dados consistidos são reunidos em um arquivo com extensão “txt” para seu posterior armazenamento em banco de dados.

- Montagem e preparação das equipes de campo

Para o desenvolvimento dessas tarefas, duas são as atividades primordiais:

- seleção de pessoal;
- treinamento das equipes.

Seleção de pessoal

A montagem das equipes de campo a serem alocadas na PED – Interior, independentemente de suas funções específicas, deve obedecer a critérios básicos adotados e aprovados nas localidades onde a pesquisa já foi implantada.

Assim:

- pessoas com idade superior a 21 anos;
- experiência em pesquisas socioeconômicas domiciliares;
- escolaridade mínima de 2º ou 3º graus completos;
- boa apresentação e comunicação fluente.

No entanto, algumas outras características mais técnicas e de racionalidade são consideradas importantes, dependendo das atividades a serem executadas.

A seleção de pessoal, em geral, obedece a uma dinâmica com etapas subsequentes.

Primeira etapa:

- convocação via imprensa ou cartazes afixados, geralmente, em estabelecimentos escolares;
- leitura e avaliação dos currículos recebidos a partir dos quais se faz a primeira triagem.

Segunda etapa:

- reunião geral com todos os candidatos para:
 - ✓ uma apresentação da pesquisa, seus objetivos e sua importância;
 - ✓ explicitação dos tipos de trabalho envolvidos, os requisitos para seu exercício, as eventuais dificuldades e, ao mesmo tempo, manifestação da disponibilidade de apoio da coordenação da pesquisa;
 - ✓ entrevistas individuais seguindo roteiros previamente elaborados, com orientações sobre os aspectos considerados fundamentais para a adequada escolha do candidato. Com base nessas entrevistas são selecionados aqueles julgados mais aptos para determinada função. Ao mesmo tempo, procura-se verificar a opção do próprio candidato (trabalho interno ou externo), sua disponibilidade de horário, postura e responsabilidade em face do trabalho.

O processo de seleção bem encaminhado constitui mais uma garantia de formação adequada das equipes de campo.

Treinamento das equipes de coleta de dados

O programa de treinamento centra-se no pessoal voltado à coleta de dados, podendo-se afirmar que nessa equipe reside o ponto nevrálgico da pesquisa, uma vez que a qualidade e a fidedignidade dos dados coletados dependem de seu bom desempenho.

Embora os treinamentos para as diferentes equipes de campo abordem os mesmos aspectos – apresentação da pesquisa, conceitos, definições e critérios, escopo do questionário e uso dos manuais de instrução –, a ênfase em determinados itens e a duração da exposição sobre os mesmos, se diferenciam de acordo com as áreas de atuação dos colaboradores.

De maneira geral, a equipe de campo é dividida em dois grupos: um externo, que entra em contato direto com a população, composto por listadores, pesquisadores e checadores; e outro interno, incluindo os supervisores e os críticos e também os coordenadores setoriais da pesquisa. O trabalho desse grupo se desenvolve principalmente nos escritórios da entidade executora do levantamento.

Essas turmas devem ser posteriormente divididas, para treinamentos específicos, procurando capacitar cada grupo para o exercício diferenciado de suas funções.

Os conteúdos dos treinamentos são os seguintes:

- apresentação da PED;
- exposição da metodologia da PED – conceitos, definições e critérios;
- listagem (arrolamento) dos setores censitários amostrados;
- aplicação do questionário e técnicas de abordagem dos moradores;
- supervisão, crítica e checagem.

O treinamento para aplicação do questionário inclui procedimentos de listagem e orientações para a localização dos domicílios da amostra, técnicas de abordagem do entrevistado e organização dos trabalhos em campo, bem como a realização de pré-testes e correção dos respectivos questionários e, finalmente, atividade de reforço na aplicação das questões com maior incidência de erros. Em geral, realiza-se num período de 10 a 15 dias.

- Montagem e preparação das equipes de estatística e análise

Além da equipe de coleta, definida anteriormente, é imprescindível ainda montar as equipes de estatística e análise, bem como prever um coordenador geral da pesquisa a quem caberá supervisionar todas as atividades envolvidas no projeto.

Assim como as demais, essas equipes recebem treinamento, cujo foco direciona-se às atividades listadas a seguir, além das informações gerais sobre os objetivos e conteúdo temático da pesquisa, inclusive das instruções de coleta.

O treinamento para a equipe de estatística, volta-se principalmente para uso e operação dos programas computacionais de:

- controle das atividades de campo;
- sorteio dos setores censitários e dos domicílios;
- entrada de dados e de consistência;
- geração da base de dados;
- cálculo dos erros amostrais;
- processamento e elaboração das tabelas de análise.

No caso da análise, o treinamento refere-se à elaboração dos informativos de divulgação dos resultados para o governo e autoridades locais, para a imprensa, para o movimento sindical, para as universidades e para a sociedade civil.

Na medida da significância da amostra, podem, igualmente, ser elaborados estudos especiais de interesse da comunidade contemplando, por exemplo, os vários segmentos populacionais.

O treinamento para essa atividade se resume à realização de reuniões técnicas entre os analistas das entidades envolvidas na pesquisa, com a colaboração do corpo de analistas da Fundação Seade e do DIEESE.

Nessas reuniões, são especificados os principais indicadores a serem divulgados, segundo o interesse da entidade à qual o informativo é dirigido, o formato da coletiva à imprensa, os procedimentos de análise, como acompanhamento das informações sobre o mercado de trabalho local,

regional e mesmo nacional, a utilização de tabelas complementares àquelas divulgadas, comparação com indicadores produzidos por outras entidades de pesquisa, etc.

- Dimensionamento dos recursos materiais

Item importante para o desenvolvimento da pesquisa refere-se à disponibilidade de recursos materiais:

- espaços físicos apropriados, de preferência próximos aos meios de locomoção, que abriguem e integrem todo o pessoal envolvido na execução da pesquisa (coordenadores, estatísticos, analistas e equipe de campo);
- recursos de: informática; telefonia; mobiliário; transporte.

Execução da Pesquisa

A pesquisa é executada em duas etapas. Inicialmente realiza-se uma pesquisa-piloto em subamostra e prazos previamente definidos. Após esta etapa, é implementada a pesquisa plena com execução da amostra planejada para o levantamento de dados.

Pesquisa-piloto

A exemplo do que ocorreu nas regiões onde a PED foi implementada, deve-se prever necessariamente a realização de uma pesquisa-piloto com amostra reduzida e durante um período de tempo a ser determinado conforme a disponibilidade dos recursos financeiros e dos prazos estipulados para a execução total da pesquisa plena.

A pesquisa-piloto tem como objetivo testar todos os procedimentos inerentes ao processo de implantação da PED, como o instrumental de coleta, em especial, neste caso, por se tratar de questionário sujeito a algumas alterações no seu conteúdo temático, incluindo novas questões e mesmo com inclusão/exclusão de alternativas de resposta de questões já constantes do questionário básico da PED.

Além disso, procura-se avaliar o desempenho de todos os setores da pesquisa – coleta de dados, crítica e checagem –, focando a análise no funcionamento intra e inter-setorial. Serão igualmente objeto do teste a adequação dos programas de informática e também a coerência, ainda que preliminar, dos dados coletados.

Os resultados da pesquisa-piloto possibilitam diagnosticar o desempenho das equipes setoriais de campo e, especialmente, a adequação do instrumental de coleta, indicando a necessidade de sua eventual reformulação. Da mesma forma, permitem constatar a pertinência de um programa de reforço e reciclagem do pessoal de campo.

A realização da pesquisa-piloto e a correção dos eventuais aspectos considerados mais vulneráveis permitem eliminar a ocorrência de problemas semelhantes na execução da pesquisa plena.

Pesquisa plena

Uma vez validado o processo de trabalho com a pesquisa-piloto, implanta-se a pesquisa plena, cumprindo o plano amostral definido para execução da PED – Interior, no que se refere a sua abrangência geográfica, tamanho da amostra e temporalidade.

PARTE III

PROPOSTA DE FUNDO LOCAL DE FINANCIAMENTO

Com o objetivo de produzir diretrizes para a expansão técnica, institucional e economicamente viável da área de cobertura do Sistema PED, o DIEESE incluiu em seus estudos para PED-Centros Urbanos do interior a proposição de um “Fundo Municipal de Desenvolvimento Solidário e Trabalho”. Esta proposta foi desenvolvida a partir de experiências bem sucedidas – nos municípios de João Pessoa e Vitória – e de projetos discutidos nos municípios de São Paulo e Santo André, e, sinteticamente, traz a criação de arcabouço institucional para organização da captação, gerenciamento e destinação de recursos com origem nas operações de compra dos municípios, transferências de agências, fundos e/ou convênios nacionais ou internacionais, bem como doações, com o propósito de promover o desenvolvimento e a melhoria da inserção produtiva local.

Constituem os princípios deste Fundo, o direito ao trabalho decente e o fortalecimento da economia solidária como estratégia de desenvolvimento sustentável, que para isto traça diversos objetivos, dentre os quais se incluem desde a necessidade de ***“contribuir para melhorar a inserção no mundo do trabalho...”***, e o ***“fortalecer a gestão participativa dos programas e ações de emprego, trabalho e desenvolvimento solidário, ampliando sua eficiência, eficácia e efetividade social”*** até o de ***“gerar indicadores de monitoramento e aperfeiçoamento contínuo dos programas e ações de trabalho e desenvolvimento solidário no Município”***.

Assim, associando princípios que consideram a centralidade do trabalho na integração social e realização humana aos objetivos que articulam as funções do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (SPETR), a proposta ora apresentada é precisa no que diz respeito à aplicação dos recursos amealhados pelo Fundo Municipal, garantindo a ele usos que cobrem a abrangência de atuação do SPETR, cabendo-nos destacar do Capítulo V – Da Aplicação dos Recursos, o item X – ***“Financiamento da realização de pesquisa e estudos sobre o mundo do trabalho e desenvolvimento solidário, sobretudo, aquelas complementares e comparáveis com as pesquisas em âmbito nacional, particularmente, aquelas desenvolvidas no âmbito do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda”***.

Por fim, o documento a seguir, balizado pela natureza democrática, paritária e multipartite dos fóruns e espaços de diálogo do SPETR, prevê a constituição **Do Conselho Gestor do Fundo (Capítulo VI)** com características e atribuições similares a outros já existentes.

PROPOSTA
FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO E TRABALHO

PL nº, de (dia) de (mês) de 200...

**CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE EMPREGO,
TRABALHO E DESENVOLVIMENTO
SOLIDÁRIO E ESTABELECE OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE, ESTADO, FAÇO SABER QUE O
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

CAPÍTULO I
DA CRIAÇÃO

Art. – Fica criado o “Fundo Municipal de Emprego, Trabalho e Desenvolvimento Solidário” de, destinado à captação e à aplicação de recursos, com a finalidade de dar sustentação para programas e ações locais de geração de emprego, trabalho e renda, promoção do trabalho decente e de desenvolvimento da economia dos setores populares, da economia solidária e das comunidades, sobretudo aquelas em situação de pobreza ou vulnerabilidade social.

Art. – São Princípios do “Fundo Municipal de Emprego, Trabalho e Desenvolvimento Solidário”:

- I. O bem-estar e a justiça social;
- II. A organização e a participação social na gestão das políticas públicas de emprego, trabalho, renda e desenvolvimento solidário.
- III. O direito ao trabalho decente;
- IV. O trabalho emancipado como elemento de integração e realização humana;
- V. A valorização da autogestão, da emancipação individual e social, da cooperação e da solidariedade;
- VI. O fortalecimento da economia solidária como estratégia de desenvolvimento sustentável.
- VII. A integração de políticas, em âmbito local e com as demais esferas da federação, e a execução de ações intersetoriais como forma de colaborar para a construção de um Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda em âmbito federado e ampliar efetividade da gestão pública.

Art. – São objetivos do “Fundo Municipal de Emprego, Trabalho e Desenvolvimento Solidário”:

- I. Contribuir para melhorar a inserção no mundo do trabalho bem como as suas condições.
- II. Contribuir para melhorar a oferta de emprego e oportunidades de trabalho e renda.
- III. Fortalecer e fomentar a economia solidária como estratégia de desenvolvimento sustentável.
- IV. Fortalecer a gestão pública participativa dos programas e ações de emprego, trabalho e desenvolvimento solidário, ampliando sua eficiência, eficácia e efetividade social;

- V. Gerar indicadores de monitoramento e aperfeiçoamento contínuo dos programas e ações de trabalho e desenvolvimento solidário no Município,
- VI. Apoiar e desenvolver outros programas, ações e projetos que coadunem com os princípios e objetivos desta lei.

Art. – Os recursos arrecadados através do Fundo serão administrados pela “Agência tal...”, implementada no âmbito da Secretaria xxxx.

Parágrafo Único – A Secretaria xxxx será responsável pela operacionalização e administração das medidas necessárias à implementação das ações estabelecidas nesta lei, podendo para tanto, na forma da lei, firmar convênios, contratar serviços, estabelecer parcerias e adotar as iniciativas indispensáveis ao bom cumprimento dos objetivos compreendidos por tais ações, fazendo uso dos seus recursos institucionais e daqueles disponíveis no âmbito do governo municipal.

CAPÍTULO II DOS CONCEITOS

Art. – Para efeitos desta Lei, serão considerados:

Parágrafo - O Trabalho Decente, definido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), como aquele adequadamente remunerado, exercido em condições de equidade e segurança, sem quaisquer formas de discriminação e capaz de garantir uma vida digna a todas as pessoas que vivam do seu trabalho. Sua agenda se estrutura em quatro dimensões:

- I. Garantia dos direitos fundamentais dos trabalhadores;
- II. Promoção de emprego e trabalho acessível para todos;
- III. Extensão da proteção social;
- IV. E promoção do diálogo social.

Parágrafo – A economia dos setores populares é o conjunto de atividades econômicas desenvolvidas a partir de unidades domésticas unipessoais ou familiares visando, pela força de trabalho própria (e sem trabalho assalariado) e recursos disponíveis, a satisfação de necessidades básicas, materiais e imateriais e cuja renda gerada esteja dentro dos limites característicos das microempresas determinados pela regulamentação pública pertinente.

Parágrafo – A economia solidária é composta pelo conjunto de empreendimentos solidários entendidos como organizações socioeconômicas:

- I. Coletivas e supra-familiares (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas etc..), cujos participantes ou sócios(as) são trabalhadores(as) dos meios urbano e rural que exercem a gestão coletiva das atividades e da alocação dos seus resultados.
- II. Permanentes e não práticas eventuais, como, por exemplo, os mutirões. Incluem-se tanto os empreendimentos que se encontram implantados, em atividade, e aqueles que estão em processo de implantação (quando o grupo de participantes já estiver constituído e a atividade econômica do empreendimento definida, embora não em funcionamento efetivo).
- III. Que podem dispor ou não de registro legal, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização.

- IV. Que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. As atividades econômicas devem ser permanentes ou principais, ou seja, a “razão de ser” da organização.
- V. Singulares ou complexas. Ou seja, deverão ser consideradas as organizações de diferentes graus ou níveis, desde que cumpridas as características acima identificadas. As organizações econômicas complexas são as centrais de associação ou de cooperativas, complexos cooperativos, redes de empreendimentos e similares.

CAPÍTULO III DOS RECURSOS

Art. – Constituirão recursos do “Fundo Municipal de Emprego, Trabalho e Desenvolvimento Solidário”:

- I. O produto resultante de 1,5% (hum vírgula cinco por cento) sobre todos os valores de pagamentos realizados pelo Município de, relativos ao fornecimento de bens, serviços e contratação de obras, creditados automaticamente ao “Fundo Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Solidário”;
- II. As transferências de agências e fundos de desenvolvimento, nacionais e internacionais, a título de contribuição, subvenção ou doação, além de outras formas de transferências a fundo perdido;
- III. Os valores decorrentes da remuneração do Fundo pelos financiamentos concedidos por agente financeiro e os rendimentos resultantes de aplicações financeiras dos recursos não comprometidos;
- IV. Doações de pessoas físicas e jurídicas, entidades públicas e privadas que desejem participar de programas de redução das disparidades sociais de renda, no âmbito do município de João Pessoa;
- V. Juros e quaisquer outros rendimentos eventuais;
- VI. Amortizações de empréstimos concedidos.

Parágrafo Único – Ficam excluídos dos valores mencionados no inciso I deste artigo os pagamentos relativos a:

- I. Pagamentos e adiantamentos aos servidores públicos municipais;
- II. Pagamentos inferiores a 04 (quatro) salários mínimos.

CAPÍTULO IV DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

Art. – Constituem ativos do Fundo:

- I. Disponibilidades monetárias oriundas das receitas específicas;
- II. Direitos que, porventura, vier a constituir;
- III. Bens móveis e imóveis doados, sem ônus, com destinação ao Fundo;
- IV. Bens móveis e imóveis destinados à administração do Fundo;
- V. Os rendimentos previstos no art. XX desta Lei e os resultantes dos repasses de recursos para financiamentos;
- VI. Outras receitas.

Parágrafo único. Anualmente processar-se-á o inventário dos bens e direitos vinculados ao Fundo.

Art. – Constituem passivos do Fundo as obrigações de qualquer natureza que venham a ser assumidas para a implantação e manutenção de programas e projetos pertinentes aos seus objetivos ou para o desempenho de suas atribuições.

CAPÍTULO V DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Art. – Os recursos do “Fundo Municipal de Emprego, Trabalho e Desenvolvimento Solidário” serão aplicados no desenvolvimento de programas e ações de:

- I. Educação, formação, capacitação e certificação profissional;
- II. Intermediação e orientação para o trabalho assalariado;
- III. Intermediação e orientação para o trabalho autônomo;
- IV. Promoção do diálogo social e apoio a construção de agendas públicas para a melhoria das condições de trabalho nos diferentes setores profissionais, especialmente aqueles com maior precariedade;
- V. Promoção do diálogo social e apoio a projetos em torno de estratégias de desenvolvimento local tais como: arranjos produtivos, cadeias produtivas, redes, consórcios ou outras formas de cooperação, entre outros que coadunem com os princípios e objetivos desta lei;
- VI. Apoio e fomento ao desenvolvimento técnico, tecnológico e de gestão dos empreendimentos populares e solidários;
- VII. Fortalecimento das estratégias de comercialização para empreendimentos populares e solidários;
- VIII. Apoio e fomento a organização em redes, cadeias produtivas, arranjos produtivos entre empreendimentos populares e solidários, e outras estratégias de cooperação que coadunem com os princípios e objetivos desta lei;
- IX. Concessão de crédito e micro-crédito para empreendimentos populares e solidários e trabalhadores autônomos;
- X. Financiamento da realização de pesquisas e estudos sobre o mundo do trabalho e desenvolvimento solidário, sobretudo daquelas complementares e comparáveis com as pesquisas em âmbito nacional e, particularmente, daquelas desenvolvidas no âmbito do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda.
- XI. Instalação e manutenção de Observatórios do Trabalho e Desenvolvimento Solidário;

- XII. Desenvolvimento de metodologias e ferramentas de apoio à gestão do Fundo.
- XIII. Criação, instalação e manutenção de Centros Públicos de Educação do Trabalhador;
- XIV. Criação, instalação e manutenção de Incubadoras de Empreendimentos Solidários;
- XV. Criação, instalação e manutenção de Centros Públicos e Emprego, Trabalho e Desenvolvimento Solidário;
- XVI. Criação, instalação e manutenção de outros equipamentos públicos que ofereçam suporte adequado para o pleno cumprimento do disposto nesta lei;
- XVII. Outros programas e ações que favoreçam o cumprimento dos objetivos desta lei.

Art. – Os recursos do Fundo poderão ser utilizados nas modalidades:

- I. Crédito (capital de giro e investimentos)
- II. Subsídios
- III. Subvenções

CAPÍTULO VI DO CONSELHO GESTOR

Art. – Fica instituído o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Emprego, Trabalho e Desenvolvimento Solidário, paritário e multipartite, composto por:

- I. Representantes do Governo Municipal
- II. Representantes de Entidades Representativas dos Trabalhadores Assalariados
- III. Representantes de Entidades Representativas dos Trabalhadores Autônomos
- IV. Representantes de Entidades Representativas dos Empreendimentos Populares
- V. Representantes de Entidades Representativas dos Empreendimentos Solidários
- VI. Representantes de Entidades Representativas dos Empregadores
- VII. Representantes de Entidades da Sociedade Civil
- VIII. Representantes de Instituições de Ensino Técnico e Superior
- IX. Representantes de outros conselhos municipais afins
- X. Representantes de outros conselhos municipais da área do emprego e trabalho, desenvolvimento e afins.
- XI.

Art. – Compete ao Conselho Gestor do Fundo Municipal de Emprego, Trabalho e Desenvolvimento Solidário:

- I. Elaborar proposta de Regulamento do Fundo no prazo de 90 dias contados da publicação desta lei, onde se disciplinará, dentre outros, as seguintes matérias
- II. Cumprir e zelar pelo cumprimento do Regulamento do Fundo;
- III. Apreciar e deliberar sobre criação e condições operacionais de linhas de financiamento, subsídio, crédito, subvenções, entre outras;
- IV. Apreciar e deliberar sobre solicitações de apoio financeiro;
- V. Acompanhar e avaliar, através de relatórios periódicos, as operações de financiamento com risco operacional da Instituição Financeira;
- VI. Avaliar os Relatórios de Gestão previstos;
- VII. Propor a criação de sub-contas para melhor controle e acompanhamento dos recursos do Fundo;
- VIII. Outras ações e iniciativas que lhe sejam cometidas pelo Regulamento do Fundo, que concorram para melhor alcançar os objetivos do Fundo, estabelecidos nesta Lei.

Parágrafo único. A forma de participação, a nomeação e o mandato dos membros, bem como o funcionamento do Conselho Gestor, serão regulamentados por ato do Prefeito Municipal.

Art. – Fica criado, na estrutura da Secretaria XX, 01(um) cargo de Secretário Executivo, padrão XX, com a finalidade de coordenar os trabalhos do Conselho Gestor de que trata o “*caput*” do artigo anterior.

Art. – O Conselho Gestor do Fundo poderá requisitar à Administração Municipal os funcionários que julgar necessário ao seu funcionamento.

CAPÍTULO VII DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

Art. – O Fundo Municipal de Emprego, Trabalho e Desenvolvimento Solidário será administrado por um Comitê Executivo, composto por:

- I. ...
- II.
- III.

Art. – Compete ao Comitê Executivo:

- I. ...
- II.
- III.

CAPÍTULO VIII DA GESTÃO FINANCEIRA

Art. – A gestão financeira do Fundo Municipal de Emprego, Trabalho e Desenvolvimento Solidário será de

Art. – Compete ao gestor financeiro do Fundo:

- I. ...
- II.
- III.

CAPÍTULO IX DO ORÇAMENTO E CONTROLES CONTÁBEIS

Art. – O orçamento do Fundo evidenciará os princípios, objetivos e programas e ações determinados nesta lei, seguindo prioridades definidas pelo Conselho Gestor do Fundo.

Art. – Os recursos destinados ao Fundo não utilizados até ao final do exercício, apurados no balanço anual, serão transferidos a crédito do mesmo Fundo no exercício seguinte.

Art. – Os saldos diários das disponibilidades financeiras do Fundo serão remunerados pela Instituição Financeira, gestora dos recursos, mediante aplicação de taxas idênticas às ...

Art. – O Fundo terá contabilidade própria e seus recursos serão depositados em Instituição Financeira Oficial, em agência no Município de ...

Art. – Ao final de cada mês a Instituição Financeira emitirá relatórios de gestão, compreendendo os balancetes mensais de receita e despesas do Fundo e demais demonstrações exigidas para a boa gestão do Fundo e pela legislação pertinente.

CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. – As despesas decorrentes da implantação do Fundo correrão por conta de recursos orçamentários do Município.

Art. – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXOS**ANEXO 1 – Programação do Primeiro Colóquio**

**PROGRAMAÇÃO
I COLÓQUIO SOBRE EMPREGO E RENDA
NA SERRA GAÚCHA**

Realização: 08/11/2006.

Horário: 14:30h às 18:30h - 19:00 às 21:00h

Local: Bloco J Sala 406

14:30h às 15:00h

Abertura: Discussão sobre a problemática do emprego e renda na Região da Serra Gaúcha

- Prefeituras Municipais de Caxias do Sul / Bento Gonçalves / Farroupilha (Prefeitos / Secretários do Trabalho)
- Comissão Municipal de Emprego, Trabalho e Renda de Caxias do Sul
- Comissão Estadual de Emprego, Trabalho e Renda do RS
- Delegacia do Trabalho

15:00h às 15:30h

Coletiva de imprensa do Colóquio / Projeto PED.

- Chamar imprensa estadual e local.

18:30h às 19:00h - Coffe Breack

15:30h às 17:00h

Painel e Debate: Panorama Nacional (conjuntura) e Mercado de Trabalho em Caxias do Sul

Painelistas: DIEESE-RS e SINE-Caxias

Debatedores: Faculdade de Economia UCS e Prefeitura de Caxias (Secretaria do Desenvolvimento ou do Trabalho e Ação Social)

17:00h às 18:30h

Painel e Debate: Nova Institucionalidade do Sistema Público de Emprego no Brasil

Painelistas: DRT (Neusa/Elisete)

Debatedores: Comissão Municipal de Emprego, Trabalho e Renda de Caxias do Sul (Membro da Bancada dos Trabalhadores e da Bancada dos Empresários)

19:00h às 20:30h

Painel e Debate: Informações do Mercado de Trabalho para o Diálogo Social

Painelistas: Lúcia Garcia, PED/DIEESE (Metodologia)

Debatedores: FEE e FGTAS.

20:30h às 21:00

Encerramento solene: assinatura do Protocolo de Intenções e formação de grupo de trabalho para elaboração da Minuta de um Projeto PED-Serra.

- Prefeituras Municipais de Caxias do Sul / Bento Gonçalves / Farroupilha (Prefeitos / Secretários do Trabalho)
- Comissão Municipal de Emprego, Trabalho e Renda de Caxias do Sul
- Comissão Estadual de Emprego, Trabalho e Renda do RS
- Delegacia do Trabalho
- Universidade de Caxias do Sul

- DIEESE

PÚBLICO ALVO:

- Dirigentes Sindicais
- Dirigentes Empresariais
- Gestores Públicos (FGTAS/Sine, Prefeituras e Câmaras Municipais)
- Conselheiros CEETR – Rio Grande do Sul / CMETR – Caxias do Sul
- Acadêmicos (Professores e Estudantes)
- Institutos de Pesquisa

ANEXO 2 – Protocolo de Intenções PED-Serra

PROTOCOLO DE INTENÇÕES, que entre si celebram o **DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS**, a **UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL**, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL**, a **CÂMARA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL** e a **COMISSÃO MUNICIPAL DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA DE CAXIAS DO SUL**, com vistas à elaboração de Projeto de Implantação da PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego, na Serra Gaúcha.

Aos oito (08) dias do mês de novembro (11) do ano de dois mil e seis (2006), o **DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS**, doravante denominado **DIEESE**, sediado na Rua Ministro Godói, nº 310, Parque da Água Branca, São Paulo (SP), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.964.996/0001-97, neste ato representado por sua Coordenadora Regional do Rio Grande do Sul, **Elizabeth Maria Cunha Arruda**, a **UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL**, doravante denominada **UCS**, instituição de ensino superior mantida pela FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL, sediada na Rua Francisco Getúlio Vargas, nº 1130, Caxias do Sul (RS), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 88.648.761/0001-03, neste ato representada por seu Reitor, Professor **Isidoro Zorzi**, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL**, doravante denominada **PMC**, sediada na Rua Alfredo Chaves, nº 1333, Caxias do Sul (RS), inscrita no CNPJ/MF nº 88.830.609/0001-39, neste ato representada por seu Secretário do Desenvolvimento Econômico, **Flávio Cassina**, a **CÂMARA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL**, doravante denominada **CMC**, sediada na Rua Alfredo Chaves, nº 1323, Caxias do Sul (RS), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 92.862.234/0001-66, neste ato representada por seu Presidente, **Pedro Justino Incerti**, e a **COMISSÃO MUNICIPAL DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA DE CAXIAS DO SUL**, doravante denominada **CMETRC**, sediada na Rua Alfredo Chaves, nº 820, Caxias do Sul (RS), neste ato representada por seu Presidente, **Carlos Raimundo Calcagnotto**, têm entre si certo ajustado o presente PROTOCOLO DE INTENÇÕES, a ser regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DOS OBJETIVOS

O presente PROTOCOLO DE INTENÇÕES tem como objeto a formação de um grupo de trabalho responsável pela elaboração do Projeto de Implantação da PED na Serra Gaúcha, investigação que visará identificar, mediante levantamento de dados com periodicidade determinada, as condições do mercado de trabalho regional, relativamente a emprego, desemprego e renda, nos mesmos moldes metodológicos e operacionais desenvolvidos pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE – e pelo DIEESE consagrados na metodologia PED.

CLÁUSULA SEGUNDA DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICÍPES

Os PARTICÍPES comprometem-se a:

- 1) Indicar um representante e um suplente para compor o grupo de trabalho que será responsável pela elaboração do Projeto de Implantação da PED na Serra Gaúcha, provendo a seus representantes as condições necessárias ao bom desenvolvimento do seu trabalho.
- 2) Responsabilizar-se pelos representantes que indicar, o qual lhes serão diretamente subordinados e não terão qualquer relação jurídica, previdenciária, trabalhista, civil ou fiscal com os demais partícipes.
- 3) Organizar, promover e viabilizar reuniões de trabalho, oficinas técnicas e outros eventos que se fizerem necessários a boa consecução dos trabalhos.
- 4) Dar publicidade aos resultados do trabalho realizado pelo grupo.

CLÁUSULA TERCEIRA DAS OBRIGAÇÕES DO GRUPO DE TRABALHO

O grupo de trabalho compromete-se a:

- 1) Elaborar um Plano de Trabalho que aponte, descritivamente, os objetivos, as metas, bem como as ações detalhadas do grupo em torno de um cronograma de atividades a serem cumpridas para a elaboração do Projeto de Implantação da PED na Serra Gaúcha.

- 2) Elaborar sub-projetos para buscar financiamento a fim de se cumprirem etapas específicas da pesquisa.
- 3) Articular-se com suas respectivas instâncias de representação, visando comunicar e validar todas as etapas ou fases do trabalho desenvolvido.

CLÁUSULA QUARTA DO PRODUTO

Considerar-se-á o produto do trabalho, o Projeto de Implantação da PED na Serra Gaúcha, bem como Sub-projetos, Termos de Cooperação Técnica e outros instrumentos referentes a pesquisa que forem submetidos a aprovação consensual dos PARTÍCIPES.

CLÁUSULA QUINTA DA DIVULGAÇÃO

Toda e qualquer forma de divulgação das ações decorrentes deste PROTOCOLO DE INTENÇÕES somente serão autorizadas mediante submissão e aprovação consensual do conjunto dos PARTÍCIPES, fazendo-se sempre constar de toda e qualquer forma de difusão, tratar-se de realização conjunta do DIEESE, da UCS, da PMC, da CMC e da CMETRC, zelando, reciprocamente, pelo seu bom nome e prestígio.

CLÁUSULA SEXTA DA VIGÊNCIA

O presente PROTOCOLO DE INTENÇÕES entrará em vigor na data da sua assinatura e terá vigência pelo prazo de 01 (um) ano, em não ocorrendo a sua denúncia, a qual poderá se dar a qualquer tempo, mediante mera comunicação epistolar de uma PARTÍCIPE à outra, com antecedência mínima de 02 (dois) meses.

**CLÁUSULA SÉTIMA
DO FORO**

Fica eleito, como único competente para a solução de questões oriundas do presente PROTOCOLO DE INTENÇÕES, que amigavelmente as PARTÍCIPES não puderem resolver, o Foro da Comarca de Caxias do Sul, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem justas e acordadas PARTÍCIPES, assinam o presente em 03 (três) vias, na presença das testemunhas abaixo, dando tudo por bom, firme e valioso, para que produza os devidos efeitos jurídicos.

Caxias do Sul, 08 de novembro de 2006.

ELIZABETH MARIA CUNHA ARRUDA

Coordenadora Regional do Rio Grande do Sul

DIEESE

ISIDORO ZORZI

Reitor

UCS

CARLOS RAIMUNDO CALCAGNOTTO

Presidente

**Comissão Municipal de Emprego, Trabalho e Renda de
Caxias do Sul**

FLÁVIO CASSINA

Secretário do Desenvolvimento Econômico

PMC

PEDRO JUSTINO INCERTI

Presidente

CMC

TESTEMUNHAS:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF: